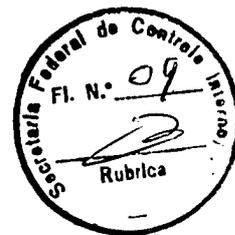


RELATÓRIO DE GESTÃO





RELATÓRIO ATIVIDADES GESTÃO

janeiro a dezembro





1.0. APRESENTAÇÃO	3
2.0. ORGANIZAÇÃO	5
2.1. <i>Estrutura da Gestão</i>	6
2.2. <i>Modelo de Organização e Gestão</i>	7
3.0. ATIVIDADES	9
3.1. <i>Direcionamento Estratégico</i>	10
3.2. <i>Processo de Qualidade</i>	10
3.3. <i>Processo SERPRO de Gestão do Conhecimento</i>	11
4.0. GESTÃO EMPRESARIAL	13
4.1. <i>Análise Econômico-Financeira</i>	14
4.2. <i>Gestão de Negócios</i>	18
4.3. <i>Gestão de Infra-Estrutura</i>	34
4.4. <i>Consultoria Jurídica e Auditoria</i>	53
4.5. <i>Seguridade Social</i>	73



APRESENTAÇÃO



[Faint, illegible text]

[Faint, illegible text]

1.0. APRESENTAÇÃO

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Empresa Pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei n.º 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regido pela Lei n.º 5.615, de 13 de outubro de 1970, “tem por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e processamento de dados, incluindo as atividades de teleprocessamento e comunicação de dados, voz e imagens, que sejam requeridas, em caráter limitado e especializado, para realização dos referidos serviços, e a prestação de assessoramento e assistência técnica no campo de sua especialidade” (Art. 1º do Estatuto).

“São finalidades:

- I. atender, prioritariamente, com exclusividade, aos Órgãos do Ministério da Fazenda;
- II. aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, mediante contratação;
- III. viabilizar soluções no campo da modernização e apoio à tomada de decisão no âmbito da Administração Pública;
- IV. atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- V. incentivar o desenvolvimento do setor de informática, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal” (Art. 3º do Estatuto).

O SERPRO integra o Orçamento Geral da União – OGU e seu orçamento contém subvenção econômica para pagamento parcial das despesas com pessoal, além de recursos diretamente arrecadados com a venda de serviços, indispensáveis à cobertura de despesas de custeio e investimentos.

A partir da Reforma Administrativa do Governo Federal, suas atividades concentraram-se, prioritariamente, no atendimento aos Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Decreto N° 3972 de 16 de outubro de 2001 aprovou novo estatuto social do SERPRO.

O presente Relatório de Gestão, referente ao período de janeiro a dezembro de 2001, atende a disposição legal definida no Título II, Art. 19, incisos I a VIII da Instrução Normativa SFC/Nº 02, de 20.12.2000, publicada no DOU de 10.01.2001, Seção I.

ORGANIZAÇÃO



2.0. ORGANIZAÇÃO

2.1. ESTRUTURA DA GESTÃO

A administração do SERPRO tem a seguinte composição:

“**CONSELHO DIRETOR** - Órgão de orientação superior do SERPRO, integrado por:

- I. quatro membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles o Presidente do Conselho;
- II. Diretor-Presidente do SERPRO, que substituirá o Presidente do Conselho, nas suas faltas e impedimentos eventuais; e
- III. um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.” (Art. 6º do Estatuto).

“O Conselho Diretor, assim denominado por força do disposto no Art. 6º da Lei nº 5.615, de 1970, equipara-se, para todos os efeitos, aos conselhos de administração, referidos nos dispositivos legais pertinentes à composição dos órgãos diretivos das Empresas Públicas” (§1º do Art. 6º do Estatuto).

“Os membros do Conselho Diretor serão designados pelo Ministro de Estado da Fazenda” (§2º do Art. 6º do Estatuto).

“**DIRETORIA** - Órgão executivo, composto por:

- I. um Diretor-Presidente;
- II. um Diretor-Superintendente; e
- III. quatro Diretores” (Art. 9º do Estatuto).

“Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, todos com mandato de quatro anos, permitida a recondução” (§ 1º do Art. 9º do Estatuto).

“Pelo menos dois membros da Diretoria serão escolhidos dentre os empregados do SERPRO” (§ 2º do Art. 9º do Estatuto).

“**CONSELHO FISCAL** - Órgão de fiscalização, constituído por três membros efetivos e respectivos suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Fazenda, com mandato de um ano, admitida uma recondução, por igual período” (Art. 14 do Estatuto).

“Um dos membros do Conselho Fiscal será representante do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor” (§ 1º do Art. 14 do Estatuto).

UNIDADES DE GESTÃO, divididas em três classes:

- **Unidade Corporativa (UC)** com a finalidade de apoiar a Diretoria Colegiada nos assuntos comuns a toda a Organização, formula e controla o cumprimento de políticas e diretrizes de modo a garantir a evolução permanente do SERPRO;

- **Unidades de Negócio (UN)**, responsáveis pela geração e comercialização dos produtos e serviços do SERPRO, interage com o cliente externo para garantir a Missão da Empresa; e
- **Unidades de Infra-Estrutura (UI)**, responsáveis pelas atividades comuns às Unidades de Negócio, com o objetivo de garantir qualidade e eficiência na operação dos processos.

ÓRGÃOS DE CONSULTORIA E APOIO, constituídos pela Auditoria Geral - AUDIG, subordinada ao Conselho Diretor, pelo Gabinete do Diretor-Presidente - GABDP e pela Consultoria Jurídica - COJUR, para assessoria e apoio direto ao Diretor-Presidente.

2.2. MODELO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Para cumprir a Missão na prestação de serviços, o SERPRO adotou um Modelo de Organização e Gestão, moderno e ágil, pautado em uma estrutura estratégica, que atende a um conjunto de premissas, a saber:

- atender as necessidades dos clientes;
- prestar serviços com elevado padrão de qualidade;
- ter empregados motivados e satisfeitos;
- operar com equilíbrio econômico; e
- empregar tecnologia adequada.

A estrutura organizacional do SERPRO, que opera o Modelo adotado a partir do segundo semestre de 1997, é constituída por Unidades de Gestão responsáveis por processos específicos que, interligadas e alinhadas, realizam a evolução da Empresa.

As Unidades de Negócio (UN) são responsáveis pela geração e comercialização dos produtos e serviços do SERPRO, dentro do escopo previsto na Missão da Empresa. Sua operação requer forte interação com os clientes para conduzir com eficácia as seguintes atividades:

- criar e aproveitar as oportunidades de negócios;
- desenvolver soluções inovadoras;
- contratar, com o cliente, a execução de produtos ou serviços;
- executar os serviços contratados;
- zelar pela satisfação dos clientes; e
- faturar, cobrar e receber pelos serviços prestados.

As Unidades de Infra-Estrutura (UI) atuam nas atividades que são comuns a duas ou mais Unidades de Negócio. Seu objetivo é a qualidade e a eficiência na operação dos processos, obtendo economia de escala, por intermédio do compartilhamento de recursos e da redução de custos.

A Unidade Corporativa (UC) tem por finalidade apoiar a ação da Diretoria Colegiada nos assuntos que são comuns a toda a Organização (Processos Corporativos). O principal objetivo da UC, em apoio à Diretoria, é garantir a evolução permanente da Empresa,

formulando e controlando o cumprimento de políticas e mantendo a identidade empresarial.

A integração e articulação das ações da Empresa são complementadas por meio de grupos organizacionais interáreas (GI), não permanentes, podendo ser constituídos em dois formatos: GI diretivos, que tratam de temas de negócios ou infra-estrutura; e GI executivos, que tratam de temas corporativos.

Em processo constante de agilização e modernização da sua gestão, o SERPRO operou em 2001 diversas modificações na estrutura organizacional, merecendo destaque a extinção da Superintendência de Negócios Comercialização de Informações – SUNCI, tendo suas atividades absorvidas pela Superintendência de Negócios Serviços Especiais – SUNSE e a Superintendência de Negócios Gestão do Ministério da Fazenda – SUNMF.

ATIVIDADES



3.0 - ATIVIDADES

3.1. DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O direcionamento estratégico do SERPRO de 2001, processo pelo qual são definidas todas as orientações de funcionamento empresarial, tem como base os seguintes componentes: visão, missão, negócio, fatores críticos de sucesso, valores, produtos e serviços e premissas. Encontra-se representado pelas diretrizes empresariais desdobradas em metas com indicadores de desempenho correspondentes, organizados com o foco nos resultados relativos aos segmentos de clientes e mercado, financeiros, pessoas, fornecedores, processos de produto, sociedade e processos de apoio e organizacionais

As metas estabelecidas para 2001, agrupadas pelas áreas de resultados, apresentaram em 31 de dezembro, as seguintes realizações:

ÁREAS DE RESULTADO	METAS ASSOCIADAS	
	QTD.	REALIZAÇÃO
Clientes e mercado	3	Meta atingida, firmados ANS em 100% dos contratos; atingidos 58% do valor dos contratos de TI dos MF, MP e E-Gov; e a Pesquisa de satisfação a ser aplicada até jun/2002.
Financeiros	2	Meta atingida de equilíbrio financeiro; e Meta atingida na agilização de recebimento.
Pessoas	3	Elaborado o Programa de Treinamento <u>E@D</u> para Atendimento; Treinamento executado para 20% dos Desenvolvedores; e medição da satisfação do empregado até mar/2002.
Fornecedores	1	Meta atingida, com 100% de ANS nos contratos com fornecedores.
Processos de produto	2	Metodologia TCO aplicada para Rede e Tratamento de Dados; e Programa de Segurança SERPRO - PSS com média de implantação de 83%.
Processos de apoio e organizacionais	2	Meta atingida de cumprimento de prazos de aquisição e contratação de bens e serviços; e o SERPRO não participou do PNQ e PQGF/2001.

3.2. PROCESSO DE QUALIDADE

A principal característica da cultura do SERPRO é a sistematização de informações e dos processos de tratamento de dados para a obtenção de informações. Essa cultura coincide em muitos aspectos com a da gestão pela qualidade e tem constituído significativa vantagem competitiva na história da Empresa.

Acentuado a partir da metade dos anos 90, o processo de transformação empresarial enfatiza a qualidade, a inovação, a segurança e a competitividade também em preços de serviços. Nesse sentido, o SERPRO também implementa o projeto de inovação em serviço, a política de segurança de informações e a redução sistemática de preços em comparação com o mercado.

São significativos os resultados nesses vetores: evidencia-se o reconhecimento dos clientes e de instituições de premiação pública à qualidade e à inovação dos serviços do SERPRO; o profissionalismo e a capacidade de parceria da Empresa com seus clientes, confirma a segurança dos serviços; e comparativos de preços evidenciam que os preços de serviços do SERPRO situam-se em faixa abaixo da média de mercado.

No ano 2001 consolida-se a transformação empresarial do SERPRO no seu 5º ciclo de auto-avaliação e de aprendizado organizacional; reestrutura-se o processo de atendimento aos clientes de modo a especializar-se a assistência aos usuários e a gerência integrada de serviços; implementa-se a política de Gestão do Conhecimento Organizacional; e aperfeiçoa-se o processo de desenvolvimento de soluções.

Em 2001, o SERPRO, incluído no PPA 2000/2003 com a gerência de dois importantes programas do Ministério da Fazenda, reforça o alinhamento da atuação empresarial com o planejamento do Governo.

3.3. PROCESSO SERPRO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Como estratégia empresarial para preservação e evolução do principal ativo das Organizações no Século XXI, o conhecimento, o SERPRO está investindo no seu Processo de Gestão do Conhecimento e da Aprendizagem Organizacional. Esse processo, por sua natureza, está sendo estruturado por meio de estratégias corporativas, a partir de pesquisas científicas, aquisição de conhecimentos acadêmicos, estudos de experiências de mercado e da análise das necessidades específicas do SERPRO.

A estruturação do Processo SERPRO de Gestão do Conhecimento e da Aprendizagem Organizacional consiste da formulação de um conjunto de Políticas, Diretrizes e Práticas Empresariais, destinadas à identificação do conhecimento estratégico ao funcionamento e à continuidade dos negócios da Organização e sua respectiva preservação e evolução.

A evolução e preservação do conhecimento organizacional do SERPRO consideram dois segmentos básicos: **sistematização do conhecimento e gestão de competências**. Essa estratégia visa, ainda, a segurança do conhecimento necessário à continuidade e evolução dos serviços prestados aos clientes do SERPRO.

O ano 2000 marcou pela consolidação da estruturação do Processo SERPRO de Gestão do Conhecimento e da Aprendizagem Organizacional. O ano de 2001 foi dedicado à sistematização e implantação de práticas e projetos sob a coordenação do processo Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Organizacional com a participação de todas as Unidades de Gestão, a saber:

- definição do novo perfil do profissional de atendimento da empresa,
- implantação do Portal Corporativo SERPRO, sendo esta a tecnologia de suporte a Gestão de Conhecimento na Empresa,
- implantação do Ensino à Distância para uso interno e dos clientes,
- migração de todo os conteúdos das Intranets das Unidades de Gestão para o Portal Corporativo,
- definição da Política de Propriedade Intelectual,
- instituição de várias Comunidades de Conhecimento na empresa,
- implantação do Sistema Perfil para mapeamento das competências dos empregados,
- implantação da Árvore SERPRO de Conhecimento para mapeamento das competências institucionais,



- definição da Gestão de Script de Serviços para atendimento a clientes,
- conclusão do curso de pós-graduação pela PUC-PR em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial para representantes de todas as Unidades de Gestão da empresa e
- publicação do livro de Gestão do Conhecimento em parceria com a PUC-PR e a ESAF.

GESTÃO EMPRESARIAL





4.0. GESTÃO EMPRESARIAL

4.1. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação econômico-financeira da Empresa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2001 é abordada a seguir com base na análise comparativa do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado, da Demonstração do Valor Adicionado e da Demonstração do Fluxo de Caixa além dos indicadores mais relevantes, extraídos desses demonstrativos.

O indicador EBITDA que exibe o lucro operacional proveniente das atividades relacionadas à operação da empresa, livres dos efeitos de despesas sem efeito imediato sobre o caixa, sofreu redução de 15,20%, em decorrência do acréscimo registrado na provisão para contingências trabalhistas, no valor de R\$ 42 milhões. Este fato também afetou a relação EBITDA x Receita Operacional Líquida, revelando uma variação negativa de 3,5%. Porém, apesar deste decréscimo, o SERPRO demonstrou capacidade de gerar caixa futuro conforme demonstrado no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO/2001	DEZEMBRO/2000
Lucro Antes do IR/CSLL	52.319.485,42	90.014.896,28
(+) Depreciações e Amortizações	28.462.681,70	31.221.919,78
(+) Despesas Financeiras	26.642.308,86	5.443.896,14
Total de Geração de Caixa Operacional	107.424.475,98	126.680.712,20

• CÁLCULO COMPARATIVO EBITDA x RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2001	2000	Varição %
EBITDA	107.424.476	126.680.712	(15,20)
Rec. Operacional Líquida (ROL)	731.364.308	694.563.672	5,3
EBITDA/ ROL (em %)	14,7	18,2	(3,50)

A Demonstração do Fluxo de Caixa, que informa a origem e destino dos recursos, retrata a plena capacidade do SERPRO de autofinanciar suas operações. A geração de caixa se deu exclusivamente através das atividades operacionais. Para a obtenção do resultado de R\$ 34 milhões, a empresa internalizou R\$ 50,2 milhões para giro de seus negócios. O caixa líquido da atividade operacional gerado em 2001 foi de R\$ 144 milhões, apresentando um crescimento de 100,88 %. Grande parte desses recursos foi destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios e complementares. Nas atividades de financiamento, o aumento no Exigível a Longo Prazo decorrente do ajuste na provisão para contingências, liberou recursos em disponibilidades que financiou em 57,5% o conjunto de operações de distribuição de dividendos e o aumento do Realizável a Longo Prazo.

Discriminação	Jan a Dez /2001	Jan a Dez/2000	%
Atividades Operacionais			
Resultado Líquido do Exercício	34.265.461	50.228.244	(31,78)
Depreciação/Amortização	28.462.682	31.221.920	
Varição da PDD	(17.093.947)	536.363	
Perda de Capital	4.579.607	1.204.808	
Resultado Líquido Ajustado do Exercício	50.213.803	83.191.335	(39,64)
Varição dos Créditos em Circulação	100.302.344	(8.710.678)	
Varição de Bens e Valores em Circulação	(1.896.396)	1.056.079	
Varição em Consignações	(3.418.471)	1.656.615	
Varição em Recursos da União	(3.114.787)	2.069.634	
Varição em Obrigação em Circulação	1.963.780	(7.549.351)	
Outros(líquido)	(2.660)	(3.891)	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	144.047.613	71.709.743	100,88
Atividades de Investimento			
Aplicação de Capital	(28.319.784)	(19.540.751)	
Perda de Capital	(4.579.607)	(1.204.808)	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(32.899.391)	(20.745.559)	(58,59)
Atividades de Financiamento			
Reversão de Resultado com Redução de Lucros Acumulados		(34.222)	
Varição no ELP	52.033.991	(4.920.335)	
Varição do RLP	(18.056.742)	7.231.676	
Diferença de Alíquota da CSLL Diferida		567.483	
Distribuição de Dividendos Ordinários	(13.555.032)	(2.154.816)	
Distribuição de Dividendos Complementares	(58.947.118)		
Cx Líquido Consumido/Gerado nas Atividades de Financiamento	(38.524.901)	689.786	(5,685)
Aumento Líquido nas Disponibilidades	72.623.321	51.653.970	40,60
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES			
No Início do Exercício	251.974.292	200.320.321	
No final do Exercício	324.597.613	251.974.291	
Aumento Líquido nas Disponibilidades	72.623.321	51.653.970	40,60

O SERPRO através da prestação de serviços aos seus clientes gerou para a sociedade uma riqueza da ordem de R\$ 574,9 milhões no ano de 2001. Esse valor adicionado teve a seguinte distribuição: 22,7% para os governos federal e municipal a título de tributos; 65,5% para salários, encargos sociais e benefícios; 1% para dividendos (considerado para esta análise apenas o dividendo obrigatório); 5,73% para capitais de terceiros; e 5% de lucro líquido.

Discriminação	Jan a Dez /2001	Composição %	Jan a Dez/2000	Composição %	Evolução %
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (1)					
1 - RECEITAS					
- Vendas de Serviços	780.979.865	135,85	743.791.188	134,83	5,00
	780.979.865	135,85	743.791.188	134,83	5,00
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
2.1 - Despesas Administrativas	(219.844.423)	(38,24)	(183.323.313)	(33,23)	19,92
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	561.135.442	97,61	560.467.875	101,60	0,12
4 - RETENÇÕES					
4.1 - Depreciações e Amortizações	(28.698.922)	(4,99)	(31.732.910)	(5,75)	(9,56)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	532.436.520	92,61	528.734.965	95,84	0,70
6 - RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
6.1 - Receitas Financeiras	42.459.191	7,39	22.922.834	4,16	85,23
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	574.895.711	100,00	551.657.799	100,00	4,21
Distribuição do Valor Adicionado (4)	(A)	Composição	(B)	Composição	Evolução
Remuneração do Trabalho	376.754.896	65,53	345.023.935	62,54	9,20
Governo (Impostos e Contribuições)	130.652.641	22,73	148.161.686	26,86	(11,82)
Acionista (Dividendos para a União)	5.314.819	0,92	13.555.032	2,46	(60,79)
Capitais de Terceiros					
Despesas Financeiras	26.863.440	4,67	5.532.993	1,00	385,51
Locações de Imóveis e Máquinas	1.641.494	0,29	1.536.892	0,28	6,81
Despesas Não Operacionais	4.433.375	0,77	351.992	0,06	1.159,51
Lucro Líquido	29.235.046	5,09	37.495.269	6,80	(22,03)
TOTAL	574.895.711	100,00	551.657.799	100,00	4,21

O Ativo Circulante de R\$ 493 milhões, decresceu 2,5% em 2001 e teve uma participação de 65,8% na composição dos ativos da Empresa, que alcançaram o montante de R\$ 750 milhões e aumentaram 0,4% no período.

O decréscimo de 47,2% no total de Créditos a Receber deve-se a liquidação, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, de faturas de exercícios anteriores que consequentemente refletiu na redução da taxa de provisionamento para devedores duvidosos de 10% em 2000 para 2,33% em 2001.

O Exigível de Longo Prazo apresenta uma variação de 19,5% em relação a 2000, em decorrência da expectativa da área jurídica com relação ao julgamento dos processos mais significativos a partir de 2001, o que acarretou um ajuste na ordem de R\$ 42 milhões.

O Patrimônio Líquido de R\$ 333,3 milhões sofreu redução de 9% devido principalmente ao pagamento de dividendos complementares no valor de R\$ 59 milhões.

A Demonstração de Resultado, com os valores atualizados para dezembro/2001 baseados na variação do IGP-M (FGV), revelou uma receita operacional líquida de R\$ 737,4 milhões, 4% superior a realizada em 2000 que, confrontada com os custos dos serviços/despesas operacionais de R\$ 680,2 milhões, resultou num lucro operacional de

R\$ 57 milhões. Este resultado correspondeu a 8 % daquela receita líquida.

O faturamento de 2001 atingiu R\$ 499,3 milhões, apresentando um incremento de 15% sobre o exercício de 2000.

A redução do lucro líquido em 32% no exercício de 2001 em relação a 2000, provocou um pequeno decréscimo dos indicadores de rentabilidade retratados pela margem líquida (0,05), retorno sobre o patrimônio líquido (0,10) e retorno sobre o ativo total (0,05).

O crescimento de 385,51% em despesas financeiras teve sua origem nos juros decorrentes do auto de infração do INSS e da apropriação da atualização monetária incidente sobre o pagamento dos dividendos.

O aumento significativo no grupo Outras Despesas/Receitas deve-se ao ajuste na provisão para contingências trabalhistas em R\$ 42 milhões.

O índice de liquidez corrente manteve-se alto, evidenciando uma ótima capacidade financeira, apesar da redução no ativo circulante em 2,5%. Isto deve-se a redução ocorrida nas obrigações de curto prazo ter sido superior 11%. A liquidez geral, de 1,40, demonstra uma situação financeira de longo prazo dentro do padrão de normalidade uma vez que os recursos realizáveis da Empresa suportam as obrigações a pagar.

O grau de imobilização do capital próprio, de 0,46, indica que 46% dos recursos da Empresa estão aplicados em bens móveis e imóveis destinados à operacionalização de suas atividades.

Níveis de endividamento: com exceção do índice de endividamento total (1,25), que se distanciou do padrão ideal (<1,00) devido aos ajustes das contingências trabalhistas, os demais índices, recursos de terceiros (0,56) e garantia de capital de terceiros (0,80), mantiveram-se dentro dos padrões ideais.

4.2. - GESTÃO DE NEGÓCIOS

4.2.1. SISTEMAS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL

A Superintendência de Negócios Administração Tributária – SUNAT disponibiliza à Secretaria da Receita Federal – SRF as informações pertinentes a arrecadação, cobrança, tributação, fiscalização, pesquisa e investigação tributária, combate à sonegação, aos estudos econômicos, tributários e estratégicos e a programação logística, visando aprimorar seu processo de gestão e tomada de decisões, de forma a promover a justiça fiscal.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **ARCO-SIEF:** uma visão do SIEF utilizando Data Warehousing para aprimorar a relação da SRF com o cidadão-contribuinte; operacionalizar as informações no local e momento da ocorrência do evento; buscar o aperfeiçoamento da legislação tributária, a revisão dos processos e procedimentos fiscais e facilitar a detecção de fraudes para prevenir e auditar irregularidades.
- **RECEITANET 2001 - ENTREGA DE DECLARAÇÕES PELA INTERNET:** objetiva colocar à disposição dos contribuintes a entrega, pela Internet, de forma rápida, segura e econômica, dos diversos tipos de declarações (IRPF, IRPJ, DIRF, DIPI, ITR e outros).
- **SAFIRA - AUTO DE INFRAÇÃO:** objetiva apoiar as atividades de lançamento dos Autos de Infração, efetuando o cálculo do Imposto, bem como de multas e juros.
- **REFIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL:** objetiva regularizar débitos fiscais e previdenciários da pessoa jurídica com a SRF, PGFN e o INSS. Disponível a partir de abril e em julho/2001 consolidou a dívida de 128.733 contribuintes, no montante de R\$ 146 bilhões.

BENEFÍCIOS

- aumento da eficiência de seleção de pessoas físicas e jurídicas, utilizando critérios técnicos e impessoais, permitindo o cruzamento de informações com ênfase em transações que revelem sinais exteriores de riqueza;
- orientação dos esforços fiscais pela descentralização da operação de fiscalização, oferecendo uma visão integrada e atualizada do contribuinte;
- redução do tempo de atendimento pela emissão de Certidão Negativa PJ;
- aumento da entrega de declarações do IRPF por meio do Receitanet: 705.970 em 1997; 12.466.331 em 1998; 15.727.336 em 1999; 21.726.999 em 2000 e 20.214.954 em 2001;
- racionalização do processo de recepção de declarações, via internet, gerando economia por minimizar o uso de disquetes ou formulários, otimizar o tempo de recepção e obter maiores garantias de exatidão e confiabilidade dos dados dos documentos;
- transmissão das operações imobiliárias pelos cartórios, via internet, e consulta

pelos interessados após 48 horas, com transmissão de 101.828 declarações até julho/2001; e

- emissão de Certidão Negativa pela Internet, com economia de deslocamento de 1,5 milhões de contribuintes às Delegacias da SRF.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- **Gateway Registro Contábil** - contempla a consolidação de pagamentos de tributos e contribuições federais por intermédio da internet;
- **Declaração de Isentos 2001** - implantado o sistema para recepção das Declarações Anuais de Isentos – 2001, com declarações anuais, estimadas em 40 milhões, foram feitas a partir de 1º de agosto de 2001, usando os seguintes meios: Internet, Telefone, Casas Lotéricas, Correios e, ainda, pelo On-line da SRF;
- **Certificação Digital:** objetivando a utilização da Internet para aperfeiçoar a Relação Fisco-Contribuinte, foi instituído o projeto E-Receita, bem como a IN 156 para implantação dos Certificados eletrônicos SRF: e-CPF e e-CNPJ;
- **Gateway de Pagamentos:** infra-estrutura de hardware e software que oferece os recursos necessários para a realização de transferências eletrônicas de fundos, de forma segura para todos os intervenientes, usando diferentes meios de pagamento; e
- **Outros sistemas e módulos aplicativos:** criados e melhorados para maximizar os controles e resultados fiscais, entre eles: MALHA DIRPJ – Lucro Presumido 98; IES – Indicadores Estratégicos SIEF; IRPF 2001 no SIEF; Sistema SICALC WEB; DOI – Declaração de Operações Imobiliárias.

4.2.2. SISTEMAS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

A Superintendência de Negócios Administração Financeira - SUNAF presta serviços à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e à Secretaria Federal de Controle - SFC, órgãos centrais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PROJETO SIAFI XXI:** objetiva apoiar o processo de modernização da gestão pública por meio de aperfeiçoamento dos atuais sistemas de informação, visando melhores resultados da administração orçamentária, financeira e patrimonial, da gestão dos haveres e obrigações e do acompanhamento fiscal dos Estados e Municípios, incorporando novas funcionalidades e aumentando a eficiência da gestão da Administração Pública Federal. Em 2001 foram realizadas as principais atividades:
 - Centro de Treinamento Virtual SIAFI para capacitar 35.000 usuários;
 - Capacitação de 80% dos técnicos envolvidos no Projeto;
 - Times de gerenciamento de Sistema de Trabalho SUNAF e clientes;
 - Concepção do protótipo do documento Virtual, Geral e Específico do SIAFI XXI;
 - Adequação do Ambiente de Desenvolvimento;
 - Definição e validação tecnológica do Projeto; E
 - Intensificada a parceria com clientes resultando na versão 1 do SIAFI XXI.

- **SIAFI OPERACIONAL – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL:** instrumento de administração das finanças públicas, para acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil. Principais atividades realizadas em 2001:
 - Aperfeiçoamento da sistemática operacional da Conta Única;
 - Criação de documento para Detalhamento Orçamentário;
 - Melhorias na Nota de Empenho;
 - Aperfeiçoamento no processo de Contas a Pagar e Receber;
 - Criação de rotinas operacionais para cartão magnético de suprimento de fundos;
 - Interface on-line SIAFI e SIEF da Receita Federal para emissão de documentos; e
 - Desenvolvimento de controles operacionais à vista da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- **SIAFI GERENCIAL:** propicia agilidade na obtenção de informações gerenciais dos dados do SIAFI, por meio de consultas estruturais, extrator de dados ou apurações especiais. Principais atividades realizadas em 2001:
 - Liberação para homologação o SIAFI com acesso via web; e
 - Implantação, para atualização, das Tabelas que compõem o SIAFI Operacional.

- **SADIP - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA:** família de sistemas integrando as informações da Dívida Pública Federal Interna, oferecendo aos usuários, informações e recursos de controles de obrigações e direitos da União, advindos de dívidas contraídas por déficit fiscal, assunção de dívidas dos Estados, bancos e empresas estaduais, entidades governamentais e dívidas agrícolas, fazendo com que sejam criados ativos controlados pelo Tesouro Nacional, gerando receitas para cobertura das despesas. Principais atividades realizadas em 2001:
 - Implementação de novas funcionalidades e estudos do Sistema da Dívida Agrícola para inclusão da Dívida Agrícola no Refis;
 - Integração dos bancos de dados do Elabora com o DPI - Sistema de Controle da Dívida Interna; e
 - Desenvolvimento do Sistema da Dívida Interna - DPI para controle dos haveres e obrigações da Secretaria do Tesouro Nacional.

- **SISTEMA DE HAVERES FINANCEIROS DO TESOIRO NACIONAL:** visa auxiliar a STN na administração dos créditos da União junto a pessoas físicas, empresas, Estados e Municípios. Os haveres financeiros da União são decorrentes, entre outros, da reestruturação da Dívida Externa garantida pela União, programas de saneamento financeiro de Estados, Municípios e Distrito Federal e extinção de diversas empresas estatais pelo Governo. É parte integrante do Sistema de Haveres e Obrigações do SIAFI XXI.

- **ATIVA - SISTEMA DE PLANEJAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES:** visa instrumentalizar o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação

dos resultados da execução dos orçamentos da União, dos Programas de Governo e da gestão dos administradores públicos, assim como a realização de auditorias nos sistemas contábil, financeiro, de pessoal, de execução orçamentária e administrativa. Controla a execução e alcance das metas da Secretaria Federal de Controle e fornece elementos para o cálculo da GDP (gratificação de desempenho e produtividade).

- **INTRANET e INTERNET da STN:** com a disponibilização dos seguintes serviços: Balanço Geral da União, Plano de Capacitação do Tesouro Nacional, Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional, Pesquisa de Satisfação dos Usuários do SIAFI.

4.2.3. SISTEMAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

A Superintendência de Negócios de Comércio Exterior - SUNCE é responsável pela concepção, desenvolvimento e implementação de soluções de tecnologia da informação (TI), para a automação e melhoria operacional das atividades de Comércio Exterior sob gestão do Governo Federal, integrando agentes públicos e privados envolvidos nos processos de Comércio Exterior.

PRINCIPAIS CLIENTES

- Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC; e
- Departamento da Marinha Mercante/Secretaria de Transportes Aquaviários - Ministério dos Transportes.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **IMPORTAÇÃO** – conjunto de sistemas que executam o processamento eletrônico das operações de importação e geram os dados que alimentam as bases dos sistemas estatísticos, gerenciais e da Balança Comercial Brasileira. O processamento abrange a elaboração, a análise e o registro das declarações de importação, assim como todo o processo de liberação de mercadorias.
- **EXPORTAÇÃO** – conjunto de sistemas que executam o processamento eletrônico das operações de exportação e geram os dados que alimentam as bases dos sistemas estatísticos, gerenciais e da Balança Comercial Brasileira.

Esses sistemas promovem a automação e a execução de todos os procedimentos de importação e exportação em um único local, de uma única vez e a partir de um computador comum, modernizando e desburocratizando esses processos, facilitam o acesso aos usuários, reduzem custos e fraudes e fornecem dados estatísticos e informações estratégicas que subsidiam o Governo na tomada de decisão e no planejamento.

- **MANTRA** – conjunto de sistemas que possibilitam o controle aduaneiro nos principais aeroportos do país, de todas as cargas procedentes do exterior, reduzindo as incidências de perda e extravio de mercadorias importadas. Os sistemas possibilitam o acompanhamento, em tempo real, pelo governo e pelo importador, da circulação de

mercadorias importadas.

- **LINCE** – sistemas que consolidam em estatísticas de caráter econômico-fiscal e outras informações estratégicas os dados gerados pelos sistemas Importação e Exportação, para subsídio ao controle e às decisões da Secretaria da Receita Federal.
- **ATENDIMENTO** – serviços de atendimento aos usuários dos sistemas de Comércio Exterior, que visam assegurar o pleno funcionamento dessas ferramentas, dirimindo dúvidas e solucionando problemas eventualmente detectados.
- **SERVIÇOS ESPECIAIS** – serviços de atendimento emergenciais e não estruturados, decorrentes de demandas tempestivas e críticas de interesse do Cliente e de outros órgãos do governo federal;
- **ALICE – Informações Estatísticas de Comércio Exterior** – sistema destinado a prover informações estatísticas sobre o comércio exterior brasileiro, tendo como um de seus principais produtos o relatório da Balança Comercial brasileira, que contém informações sobre todas as importações e exportações do país.
- **DRAWBACK - Sistema de Controle do Regime de Drawback:** regime especial de importação pelo qual o importador é desonerado de tributos, nos casos em que for importar insumos para composição de produto que virá a exportar posteriormente e que possibilita ao importador registrar eletronicamente a solicitação de importação nesse regime especial e à Secretaria de Comércio Exterior um efetivo controle da realização da exportação que gerou a desoneração da importação.
- **PORTAL DO EXPORTADOR** – aplicação na Internet que agrega todas as informações necessárias (termos, mecanismos, legislações, eventos, atividades, procedimentos, Balança Comercial) que permitem ao exportador entender e efetivar um processo de exportação, com diversas facilidades, como o tutorial Aprendendo a Exportar, que orienta os interessados sobre como proceder em todas as etapas do processo de exportação.
- **MERCANTE - Sistema de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM):** adicional cobrado sobre a importação de produtos transportados por meios aquaviários, e o acesso ao sistema permite ao importador ciência do valor a ser recolhido e efetivar o pagamento eletrônico, em sua conta corrente, reduzindo custos e prazos, fornece ainda ao DMM informações relevantes sobre o transporte marítimo de cargas.

BENEFÍCIOS

- redução de custos para o Estado e para os usuários;
- otimização dos processos comerciais, aduaneiros e cambiais;
- redução do tempo de desembaraço de mercadorias de 6 dias para até 60 minutos;
- incentivo às exportações por proporcionar maior facilidade e disponibilidade de acesso (24 horas/dia, 7 dias por semana);
- facilidade do pagamento de taxas e tributos, via débito automático em conta

corrente;

- melhoria da arrecadação e possibilidade de auto-financiamento de sistemas destinados ao registro e controle do pagamento de taxas e tributos;
- melhor controle dos registros de importações e exportações, do pagamento de taxas e tributos, com informações em tempo real;
- padronização dos critérios de fiscalização;
- melhoria dos processos de formulação de política, decisão e gestão governamental, relativos ao comércio exterior;
- aumento do nível de satisfação dos agentes privados envolvidos no processo de comércio exterior;
- incentivo às exportações, pela transparência do processo, facilidade de acesso, variedade de informações e de alternativas de atendimento on-line disponíveis; e
- confiabilidade e segurança gerados pela padronização de procedimentos.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- evolução tecnológica dos serviços, para uso da Internet, facilitando o acesso e uso, permitindo a redução de custos nas soluções com claras vantagens para os usuários;
- redução dos custos de operação para o Cliente e para o SERPRO; e
- aumento da atuação dos Clientes, com acesso de um maior número de usuários aos sistemas.

INDICADORES

- **Índice anual de problemas apontados por usuários, relacionados a erros de desenvolvimento do sistema**

PROBLEMAS APONTADOS	SOLUÇÃO COM INTERVENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	ÍNDICE
51.317	1.707	3,3%

- **Índice médio anual relacionado à velocidade de solução de problemas apresentados por usuários:**

PRAZO DE SOLUÇÃO	PERCENTUAL
em até 1 hora	72,73%
em até 2 horas	12,45%
acima de 2 horas	14,82%

4.2.4. SISTEMAS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

A Superintendência de Negócios Planejamento, Orçamento e Gestão - SUNMP tem por objetivo prover o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP de sistemas de informação, consultoria e assessoramento em informática, nas áreas de Logística, Serviços Gerais, Administração de Pessoal, Tecnologia da Informação e Patrimônio da União.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:** com abrangência nacional e de forma *on-line*, realiza o controle dos dados cadastrais, pessoais e funcionais de todos os Servidores Ativos, Inativos, Instituidores e Beneficiários de Pensão, e o processamento da Folha de Pagamento da Administração Pública. São processados por mês cerca de 2.000.000 de registros para tratamento de 1.600.000 servidores, alocados em 214 órgãos e 1.000 Unidades Pagadoras – Upags. O SIAPE têm 12.000 usuários ativos, com cerca de 16.000.000 de acessos por mês.
- **SIAPENet – INFORMAÇÕES DO SIAPE NA INTERNET:** torna disponível informações do SIAPE por meio da Internet, sendo composto por cinco grandes sites específicos: do Servidor, do Pensionista, do Órgão, da Consignatária e Capacitação dos Servidores.
- **SIASG – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS:** sistema *on-line*, de abrangência nacional, responsável pelo funcionamento sistêmico das atividades da gestão de serviços gerais do Governo Federal, onde estão catalogados 14.183 tipos de materiais, 2.163 serviços e 150.600 fornecedores. Possui 19.673 usuários habilitados e foram registradas 379.053 licitações em 2001.
- **SIADS – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS:** permite a automação da área de Serviços Gerais do Ministério da Fazenda - MF. Integra-se *on-line/real time* com o SIAFI.
- **REDE GOVERNO:** promove o acesso aos sistemas informatizados da administração pública, especialmente àqueles que disseminam informações, pela universalização do acesso à Internet, propiciando maior cidadania e coesão social. Possui os seguintes *sites*: “D” – DESBUROCRATIZAÇÃO que facilita o relacionamento do cidadão com o governo, e BRASIL TRANSPARENTE que efetua o acompanhamento *on-line* as compras do governo e divulga as metas orçamentárias, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal.
- **DIRF GOV - DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE DO GOVERNO:** guarda informações de pagamentos de rendimentos com retenção de IR na fonte de pessoas físicas e jurídicas e de pagamentos pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços ao Governo Federal, enviadas à SRF. Com acesso *on-line*, integra-se aos sistemas SIAFI e SIAPE.
- **SIAPA – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL DA UNIÃO (SPU):** apoia a administração do patrimônio imobiliário da União, identificando características, regimes de utilização, período de ocupação e usuários. Estabelece uma padronização nas atividades operacionais regionais, integrando-as aos procedimentos da SPU. O SIAPA tem abrangência nacional; atende às Gerencias Regionais do Patrimônio da União - GRPU, localizadas em 22 Unidades da Federação; e as UG, localizadas em 5.000 municípios.

- **EX-OFFICIO – SISTEMA DE RECADASTRAMENTO DOS IMÓVEIS DOMINIAIS DA UNIÃO EX-OFFICIO DO SIAPA:** suporte às Gerências Regionais para o recadastramento dos imóveis dominiais, estando interligado à base de dados do SIAPA.
- **SSD - SISTEMA DE SUPORTE À DECISÃO:** fornece informações de caráter gerencial necessárias ao processo de decisão da SPU. Utilizando a tecnologia de data warehouse, integra e organiza os dados do SIAPA e SPIU, tornando-os disponíveis para consulta e análise, via WEB.
- **SPN2000 - SISTEMA DE RECADASTRAMENTO DE PRÓPRIOS NACIONAIS:** permitiu o recadastramento dos imóveis próprios nacionais, pelas unidades gestoras de todo o país.

BENEFÍCIOS

- informações gerenciais e analíticas e contracheques referentes ao pagamento de seus servidores, além de arquivo de crédito para os bancos responsáveis pelo pagamento;
- controle das ações administrativas e judiciais via matrícula única, permitindo o rastreamento dos vínculos em todos os órgãos e a rápida identificação e coibição de pagamentos indevidos;
- obtenção pelo servidor de informações de dados pessoais, funcionais e financeiros, com total confidencialidade e permite também a atualização de dados cadastrais;
- possibilita aos usuários acesso fácil e imediato às informações cadastrais e financeiras, a qualquer momento, qualquer lugar, sem filas, com segurança e confidencialidade, por meio de senha pessoal;
- torna disponível o acesso às informações sobre todas as compras e contratações realizadas;
- agiliza e desburocratiza o processo de cadastramento de fornecedores;
- integração à SRF, garantindo fornecimento de bens e serviços somente às pessoas físicas e jurídicas com situação regular no Cadastro de Contribuintes;
- permite a integração de sistemas de controle do Governo Federal, como FGTS, Dívida Ativa da União e INSS, para validação de documentação de fornecedores;
- permite a eliminação de retrabalho das áreas de finanças na geração de empenhos;
- cadastramento único dos fornecedores participantes de processos licitatórios em todo o País;
- acompanhamento das rotinas operacionais da área de Serviços Gerais, que permite fornecer informações administrativas e gerenciais aos usuários sistema (MF e MDIC);
- controle e envio das DIRF à SRF;
- informações de apoio ao combate à sonegação e à moralização da coisa pública;
- agilização da cobrança e aprimoramento dos controles sobre os devedores omissos;
- fornecimento de dados para o encaminhamento dos processos para inscrição em dívida ativa da União e a competente execução judicial;

- autenticidade e legalidade do levantamento de campo, registro e validação dos dados dos imóveis dominiais da união ex-officio do SIAPA; e
- obtenção de informações pelo próprio usuário, a qualquer momento, sem a intermediação de técnicos de informática.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- pesquisa no SIAPE, utilizando tecnologia DW, sobre a gestão de pessoal, análises da folha de pagamento, evolução quantitativa e qualitativa da força de trabalho, previsão e ocupação de vagas, dependentes e salário família, com benefícios de economicidade, eficiência e confiabilidade aos processos de gestão e auditoria;
- geração e distribuição de relatórios analíticos e gerenciais do SIAPE em CD e acesso via internet, agilizando a disponibilidade e consulta pelas unidades pagadoras do Governo Federal, com significativa economia de recursos;
- elaboração dos requisitos técnicos para o Edital de Licitação para o desenvolvimento do novo Sistema Integrado de Gestão de Pessoal da União, no ambiente operacional a ser provido pelo SERPRO no segundo semestre de 2002;
- ampliação das facilidades de relacionamento com a sociedade pelo uso intensivo dos recursos tecnologia da informação disponíveis.
- informações sobre as estruturas e competências, com vistas ao aprimoramento e integração da estrutura organizacional do Governo;
- integração do SIORG com os demais sistemas;
- modernização dos serviços governamentais por meio de rede de comunicações agregando confiabilidade, qualidade e elevado nível de eficiência na interação governo e sociedade;
- interligação dos diversos serviços prestados à sociedade e aos usuários descentralizados do SIAPE, SIAPENet, SIASG, ComprasNet ;
- implantação do Páginas Brancas que informa quem é quem na Administração Pública, por meio de dados extraídos das bases dos sistemas SIAPE e SIORG; e
- desburocratização e inovação da gestão do patrimônio imobiliário da União por meio do sistema SPIUNET, acessado via Internet, on-line, nacionalmente integrado ao SIAFI.

4.2.5 - SISTEMAS CORPORATIVOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

A Superintendência de Negócios Gestão do Ministério da Fazenda – SUNMF apoia o processo decisório do Ministério da Fazenda, mediante a disponibilização de recursos de informática, assim como provê as áreas de gestão administrativa e econômica do Ministério da Fazenda.

PRINCIPAIS CLIENTES

- Gabinete do Ministro da Fazenda – (GMF)
- Secretaria Executiva – (SE)
 - Unidade de Coordenação dos Programas – (UCP)
 - Ouvidoria
 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – (SPOA)

- Coordenação Geral de Informática – (COGIN)
- Coordenação Geral de Recursos Logísticos – (COGRL)
- Coordenação Geral de Recursos Humanos – (COGRH)
- Gerências Regionais de Administração – (GRA)
- Conselho de Controle de Atividades Financeira - (COAF)
- Comissão Técnica Permanente do ICMS – (COTEPE)
- Secretaria de Assuntos Internacionais – (SAIN)
- Secretaria de Política Econômica – SPE
- Secretaria de Acompanhamento Econômico – SeAE
- Escola de Administração Fazendária – ESAF

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **SIADS – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS (MF):** apoio à gestão da área de serviços gerais do MF, compreendendo os subsistemas de administração de imóveis, estoque, patrimônio, cadastro de fornecedores, cadastro de materiais e serviços, cadastro de órgãos, preços praticados no mercado, contratos, obras e serviços de engenharia, bolsa de materiais, suprimentos, telecomunicações, reprografia, transportes, sugestões, serviços genéricos, cadastro de terceiros e tabelas gerais.
- **COMPROT – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E PROTOCOLO (MF):** agiliza e apoia o gerenciamento das informações sobre a tramitação de documentos administrativos, jurídicos e fiscais no âmbito do Ministério da Fazenda e outros órgãos.
- **OUVIDORIA: (SPOA):** disponibiliza infra-estrutura de serviços de rede multiprotocolar, ambiente internet e intranet, e de produção que permita à Ouvidoria automatizar o seu funcionamento facilitando o relacionamento entre as Ouvidorias e os órgãos do MF e disponibilizar ainda um canal de comunicação entre o cidadão e o MF.
- **CORREIO ELETRÔNICO UNIFICADO (MF):** sistema de comunicação eletrônica do Ministério da Fazenda, que abrange serviços de mensageria, workflow e workgroup, disponibilizados na Intranet e Internet, permitindo conexão com os ambientes internos e externos.
- **INTERNET/INTRANET (MF):** tem por objetivo a execução de páginas sobre temas e áreas do MF, tais como a monitoração, contabilização e avaliação de recursos, definição e disseminação de políticas, estratégias, orientações práticas (operacionais), planos setoriais e globais, assim como outros assuntos de interesse interno e externo.
- **SISCOAF (COAF):** utilizando tecnologias web e cliente/servidor apoia as operações finalísticas do COAF, destacando-se a operacionalização de um site Internet destinado à captação on-line de dados referentes a operações suspeitas de pessoas obrigadas a prestar informações ao COAF.

- **PARLA (MF):** apoia as atividades de assessoria parlamentar, possibilitando o acompanhamento sistemático de projetos de lei de interesse do MF que tramitam no Congresso Nacional.
- **SIGAB (MF/Gabinete do Ministro):** controla a agenda de compromissos do Ministro da Fazenda, registrando os assuntos tratados e telefones de seu interesse.
- **LITTERA (SeAE):** apoia a gestão sobre a tramitação de documentos e processos do âmbito da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SeAE.
- **INTRANET (SeAE):** disponibiliza estudos, pareceres e artigos produzidos pelos servidores da SeAE.
- **CESTA BÁSICA (SeAE):** apoia os processos de captação dos preços no varejo coletados pelo PROCON/DIEESE, fornecidos à SEAE. Permite a SeAE trabalhar informações relativas ao acompanhamento da variação diária dos preços dos produtos que compõem a Cesta Básica do Governo. Os relatórios produzidos são encaminhados diariamente para a Secretaria Executiva e o Gabinete do Ministro.
- **ESCOLA VIRTUAL ESAF:** disponibiliza infra-estrutura de hardware e software necessários ao funcionamento da Escola Virtual - ESAF possibilitando a ampliação da oferta e a realização de cursos à distância, por meio da internet.
- **INTERNET ESAF:** disponibiliza informações sobre cursos e concursos sob a responsabilidade da Escola, possibilitando a inscrição, acompanhamento e publicação do resultado, assim como outros assuntos de interesse interno e externo.

4.2.6. SISTEMAS PROCESSUAIS

A Superintendência de Negócios Sistemas Processuais - SUNSP presta serviços na área de tecnologia da informação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Advocacia Geral da União - AGU, e disponibiliza soluções inovadoras voltadas ao gerenciamento do contencioso da União.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PROJETO INTEGRADO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO:** automatiza as atividades diretamente relacionadas com o processo da Dívida Ativa que geram o Cadastro Nacional de Informações da Dívida Ativa da União em uma única base de dados e processa eletronicamente as inscrições e cobranças judiciais para estimular a liquidação de débitos, por intermédio de 18 sistemas.
- **SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO JUDICIAL:** consiste em evolução do Sistema da Defesa da Fazenda Nacional e compõe-se de um conjunto de módulos com informações relativas as ações interpostas contra a União e outras ações de interesse das Unidades da PGFN, permitindo-a controlar e mensurar suas atividades , em nível nacional.

BENEFÍCIOS

- possibilidade do agendamento de pagamentos;
- garantia na preservação do sigilo fiscal;
- possibilidade da quitação imediata de débitos para com a União;
- baixa imediata no CADIN, se for o caso, decorrente da quitação da dívida;
- obtenção de Certidão Negativa;
- redução dos custos operacionais;
- melhoria da visibilidade e percepção dos serviços prestados à sociedade;
- domínio, segurança e confiabilidade sobre os valores envolvidos.
- monitoramento dinâmico da Arrecadação Federal;
- possibilidade imediata de auditoria no Agente Arrecadador; e
- melhoria na conciliação entre os fluxos contábil e financeiro.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- Implantação da Fase 1 do Projeto de Execução Fiscal Virtual, com inserção de código de Barra nos documentos da petição inicial e transferência eletrônica dos dados;
- Implantação do Sistema para concessão de parcelamentos simplificados via internet;
- Nova interface da Intranet da PGFN;
- Demonstrativo de Cálculo;
- Desenvolvimento Projeto Integrado da Dívida Ativa WEB;
- Desenvolvimento Processo Administrativo Fiscal Virtual;
- Implantação da nova versão do sistema Diligência da PGFN, com acesso às bases DOI- Operações Imobiliárias, SPU- Patrimônio da União, em uso particulares e ITR- endereços de imóveis rurais, e da versão inicial de acesso aos CPF e CNPJ;
- Implantação do Gerencial da Defesa Interface WEB; e
- Integração com a Justiça.

INDICADORES

- ***Evolução do parque instalado na PGFN:***

ACESSO À REDE	1999	2000	2001
Micros	1.768	1.702	3.000
Servidores de rede	47	36	83
Impressoras	790	1.303	2.500
Controladoras	64	52	0
Roteadores	29	18	83
Redes Instaladas		44	92
Projetos Concluídos		70	104

• **Usuários cadastrados e transações na PGFN:**

	1999	2000	2001
USUÁRIOS	1.361	1.613	2.037
TRANSAÇÕES	19.435.486	22.048.625	23.451.346

• **Valores arrecadados por Sistemas:** valores arrecadados, sendo mais expressivos no da Defesa da Fazenda Nacional, após publicação da MP9703-98 (dez/98).

SISTEMA	1999 (R\$)	2000 (R\$)	2001 (R\$)
SISTEMA DÍVIDA ATIVA	1.011.600.927,92	1.455.655.063,47	2.983.698.638,78
SISTEMA DA DEFESA	4.006.953.376,62	4.418.177.480,35	3.900.239.506,54
TOTAL GERAL	5.018.554.304,54	5.873.832.543,82	6.883.938.145,32

• **SISPAGON - Sistema de Pagamento on-line:** valores arrecadados a partir de setembro/2000, quando da implantação do sistema.

	Quant. Pagamentos efetuados desde a implantação	VALORES (R\$)
SISTEMA DÍVIDA ATIVA 2000	377	164.545,43
SISTEMA DÍVIDA ATIVA 2001	3.348	1.419.128,13

• **Inscrições e Ajuizamentos:** O elevado número de inscrições até 2001, foi decorrente da Comissão criada pelo Ministério da Fazenda, cujo objetivo era transferir débitos vencidos da SRF para Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

	1999	2000	2001
INSCRIÇÕES	1.060.292	274.387	3.578.991
AJUIZAMENTOS	393.337	642.652	1.893.554
TOTAL GERAL	1.453.629	917.039	5.472.545

4.2.7. SISTEMAS SERVIÇOS ESPECIAIS

A Superintendência de Negócios Serviços Especiais - SUNSE visa fornecer as melhores soluções em tecnologia da informação ao Governo Federal, fora da esfera do MF e MP, com destaque para as áreas Social, de Trânsito, Agrária e de Saúde, além da Presidência da República, a preços justos, com ênfase na qualidade dos serviços e satisfação dos clientes.

PRINCIPAIS CLIENTES

- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – Ministério da Justiça;
- Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; e
- Presidência da República.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **RENAVAM - REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (DENATRAN):** o sistema mantém os registros da frota nacional de veículos, as ocorrências de roubo e furto, as alterações de propriedade dos veículos e as transferências entre os Estados da Federação, efetua o pré-cadastro de todos os veículos produzidos pela indústria automobilística brasileira e dos veículos importados, a fim de garantir sua procedência e, também, permite obter dados sobre a comercialização de veículos novos e usados.
- **RENACH - REGISTRO NACIONAL DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO (DENATRAN):** o sistema mantém atualizado o registro nacional de condutores, permitindo a transferência on-line de todas as carteiras nacionais de habilitação – CNH, entre os Estados da Federação. Cria procedimentos padronizados visando disciplinar, em nível nacional, a emissão da CNH, a fim de evitar fraudes e duplicações para um mesmo condutor, e permitir o controle nacional da pontuação das infrações de trânsito.
- **SFIT - SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (MTE):** possibilita o planejamento e acompanhamento da fiscalização do trabalho, em todas as suas atividades, permitindo o controle a nível regional e centralizado de todas as rotinas e procedimentos adotados pelo corpo fiscal, principalmente quanto à produtividade individual e global.
- **RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (MTE):** que visa suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais; é o instrumento indispensável para atender às necessidades:
 - da legislação da nacionalização do trabalho;
 - de controle dos registros do FGTS;
 - dos sistemas de arrecadação e de concessão de benefícios previdenciários;
 - de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; e
 - de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.
- **SISTEMA DE MULTAS (DPRF):** processa as autuações de infrações de trânsito emitidas pelo DPRF, efetuando seu lançamento, emissão de notificações e controles.
- **SIR - SISTEMA DE INFORMAÇÕES RURAIS (INCRA):** é uma reformulação dos sistemas SNCR, CG, CA e SRTT e irá substituí-los utilizando nova plataforma, integrando recursos do geoprocessamento aos dados literais. Em fase de treinamento dos clientes.
- **SNCR - SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL (INCRA):** mantém os registros das propriedades rurais brasileiras atualizados com dados completos sobre imóveis rurais (localização geográfica e tamanho), proprietários, parceiros, meeiros arrendatários e utilização da terra.
- **INFORMATIVA - INFORMAÇÕES DA COMUNIDADE ATIVA (PR):** aplicativo para o ambiente INTERNET, relativo ao DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Programa Comunidade Ativa.

- **ICONE - SISTEMA DE INFORMAÇÃO, CONTROLE E ESTRATÉGIA (PR):** aplicativo de integração de dados para apoio ao processo decisório, na tecnologia de Data Warehousing, referente ao tema "Ações de Governo".
- **SAAP - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES PARLAMENTARES (PR):** aplicativo do cliente, sendo a prestação de serviço, pelo SERPRO, referente apenas à execução operacional.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- consolidação do processo de migração dos sistemas RENAAM e RENACH para o SERPRO, incluindo alterações importantes nos sistemas para os DETRANS;
- criação de página na internet disponibilizando informações sobre cadastro veículos (BIN) e cadastro condutores (BINCO) aos órgãos de trânsito dos países integrantes do MERCOSUL;
- desenvolvimento pelo SERPRO e homologado por bancos e DENATRAN, o sistema RENAGEM - Registro Nacional de Gestão de Multas de Trânsito, com função de controlar a arrecadação de multas pela rede bancária e permitir ao DENATRAN a administração dos 5% previstos no CTB relativos ao FUNCET (Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito);
- adequação do sistema de multas ao novo AI (Auto de Infração), de acordo com CTB (Código de Trânsito Brasileiro).
- consolidação do SFIT-MTE como o mais importante instrumento da Secretaria de Inspeção do Trabalho para atingimento da sua missão;
- disponibilização de Programa Gerador e Manual para Download em de site da RAIS residente no SERPRO; e
- lançamento do Informativa – Informações do Comunidade Ativa que permite o monitoramento da implantação de um programa de governo, via Internet, com geração automática de e-mails de desvios da idealidade, sala de reuniões, contribuição para a inclusão digital no Brasil, troca de experiências entre as localidades, além de viabilizar o gerenciamento de um programa desta magnitude.

4.2.8. SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

A Superintendência de Negócios para Estados e Municípios - SUNEM objetiva fornecer soluções de tecnologia de informação aos Estados e Municípios brasileiros, a modernização do processo de gestão financeira, contábil e patrimonial, e na busca de produtos geradores de informação, ampliou sua atuação desenvolvendo o pacote " Solução Fiscal Completa ", para oferecer ao mercado soluções integradas, que poderão proporcionar eficiência administrativa e eficácia na gestão da receita e dos gastos, com equilíbrio fiscal.

PRINCIPAIS CLIENTES

- **esfera federal:**

cliente: UCP - Unidade de Coordenação dos Programas PNAFE e PNAFM do Ministério da Fazenda.

usuários: Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e Coordenação da UCP - Estados e Municípios Brasileiros que são beneficiários dos Programas PNAFE e PNAFM de empréstimos do BID.

- **esfera estadual:**

Governos dos Estados de: Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Tocantins e Roraima.

- **esfera municipal:**

Prefeituras Municipais de: Cuiabá - MT, Juiz de Fora - MG e Piracicaba - SP.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **SIAFEM - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS:** desenvolvido com base no Sistema SIAFI, apoia a gestão orçamentária, contábil e financeira, fornecendo informações em tempo real para a tomada de decisões, padronizando procedimentos, uniformizando a linguagem orçamentária, contábil e financeira, racionalizando processos e favorecendo a transparência nos atos de gestão.
- **SIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS:** baseado no Sistema de Programação Orçamentária do Governo Federal, com o objetivo de prover os governos estaduais e municipais de ferramenta que permite organizar e planejar de forma estruturada as ações, objetivos e metas dos órgãos vinculados à administração e controlar a execução orçamentária.
- **SITAFE - SISTEMA INTEGRADO DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA ESTADOS:** utilizado para a gestão da arrecadação e fiscalização de tributos nos Estados, através do apoio às Secretarias de Fazenda no controle dos tributos, pagamentos, cobrança, inscrição em dívida ativa e no acompanhamento das ações de fiscalização.
- **SIAGEM - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS:** apoia o processo administrativo dos Estados e Municípios, padronizando as atividades de aquisição de materiais e serviços, atendendo a Lei 8.666 permitindo o acompanhamento dos preços praticados pelo mercado em tempo real, antes da transação.
- **SIG - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS:** desenvolvido com a técnica de modelagem multidimensional e conceitos de armazenagem de dados (data warehouse), possibilitando relacionar os elementos da estrutura orçamentária com todos os valores da execução orçamentária da despesa e da receita, obtidos do Sistema SIAFEM.
- **NAVEGA - SISTEMA DE SEGURANÇA E CONTROLE DE ACESSO:** permite a segurança e controle de acesso aos sistemas do SERPRO recebendo o usuário, executando a validação da sua identificação e senha para acesso, além de contabilizar e registrar a utilização de um ou mais usuários e um ou mais sistemas por

ele administrados.

- **SAFE - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PARA ESTADOS:** é um sistema para a gestão dos recursos financeiros concedidos aos Estados brasileiros, participantes do Programa PNAFE, com o principal objetivo de apoiar a Unidade de Coordenação do PNAFE - UCP/MF, no controle dos empréstimos concedidos e na prestação de contas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
- **SINTEGRA - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM MERCADORIAS:** desenvolvido em conjunto com a UCP/PNAFE para apoiar as Secretarias de Fazendas Estaduais nas ações de fiscalização e controle da arrecadação, propicia o intercâmbio de informações sobre compras interestaduais, aumentando a segurança do comércio estadual, com acesso via internet a dados cadastrais básicos sobre empresas, segundo o fisco do seu Estado de origem.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- desenvolvidos relatórios da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, inseridos no SIAFEM, para distribuição aos clientes;
- desenvolvida e implantada a GPS – Guia Eletrônica da Previdência Social;
- desenvolvida e implantada a NO – Nota Orçamentária, melhorando muito a integração dos sistemas SIAFEM e SIPLAN;
- em desenvolvimento o sistema PPA – Plano Plurianual, integrado ao SIPLAN;
- em homologação o Sistema SIAGEM em plataforma baixa (UNIX);
- desenvolvida otimização do Subsistema ESTOQUE, com inovação para entrada de materiais do tipo restos a pagar não processados;
- adequação do Subsistema de LICITAÇÃO com possibilidade de informar durante o processo de compra as várias estruturas pagadoras dos bens em aquisição; e
- definição e desenvolvimento de projeto que viabilize o relacionamento entre o processo de compra com os editais de licitação.

4.3. GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA

4.3.1. - GESTÃO FINANCEIRA

A Superintendência da Gestão Financeira - SUPGF é responsável pela administração dos recursos financeiros e do fluxo monetário do SERPRO, bem como os assuntos relacionados à área tributária e fiscal. Atua nos seguintes processos de gestão:

- **ORÇAMENTÁRIO:** visa a elaboração, consolidação e análise da proposta orçamentária do SERPRO e seu acompanhamento nos diversos níveis de aprovação: SPOA/MF, SOF/MPO e Congresso Nacional. Após a aprovação, acompanha sua execução nos diversos níveis, elaborando os processos de suplementação orçamentária e exercendo o papel de agente controlador do orçamento empresarial.
- **CONTÁBIL:** visa a coordenação do sistema contábil com elaboração das demonstrações contábeis mensais, prestações de contas, escrituração fiscal,

elaboração da Declaração do Imposto de Renda e elaboração de informações destinadas aos órgãos de controle externo.

- **FINANCEIRO:** consiste na programação financeira de caixa, compatibilizando a execução financeira com a disponibilidade e promove a aplicação financeira dos recursos disponíveis. É responsável também pelo controle da movimentação de títulos, valores mobiliários e ações de propriedade do SERPRO e pelo acompanhamento e controle da execução da despesa (contas a pagar).
- **CUSTOS:** informações referentes a custos empresariais, fornecendo dados e projeções necessárias à análise de linhas de negócio e a avaliação de rentabilidade. Acompanha e controla a execução da receita (contas a receber) e a execução do faturamento, subsidiando a elaboração da Tabela de Preços dos serviços prestados, por meio de informações de custos unitários e estruturais.
- **NORMATIVO:** é responsável pelo estudo e acompanhamento da legislação fiscal e tributária federal, promovendo a emissão e a divulgação interna de normas, promover o planejamento tributário, sendo responsável pelas certidões necessárias às assinaturas de contratos e aos recebimentos de faturas, bem como preparar processos fiscais relativos a parcelamentos, restituições e compensações de tributos e contribuições, promovendo seus acompanhamentos junto aos respectivos órgãos.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- desenvolvimento e implantação do controle de retenções do Imposto de Renda realizadas nas faturas de fornecedores e do ISS atendendo a legislação municipal vigente;
- consolidação do sistema CAUF- Central de Atendimento ao Usuário Financeiro que possibilita a informação, em tempo real, aos fornecedores quanto aos pagamentos a serem efetuados pelo SERPRO;
- consolidação do sistema CPR Contas a Pagar e a Receber que possibilita ao SERPRO obter, em tempo real, a exata posição do passivo junto a seus fornecedores e clientes.
- criação de FORUM e PAINEL/GCO destinados a estudos e discussão de práticas e procedimentos utilizados na gestão financeira do SERPRO;
- elaboração e tutoria do primeiro curso de Ensino a Distância Corporativo do SERPRO, com a participação de 40 alunos da área de gestão de contratos; e
- implantação do Programa de Segurança do SERPRO - PSS, com dois gerenciamentos de riscos simplificados - GRS sobre aplicação e resgate de recursos financeiros e emissão de ordem bancária.

4.3.2. - GESTÃO DE PESSOAS

A Superintendência de Gestão de Pessoas – SUPGP tem como finalidade dotar as Unidades de Gestão do SERPRO de sistemáticas, métodos, técnicas, meios, sistemas e informações necessárias à Gestão e ao Desenvolvimento das Pessoas, com atuação nos seguintes macro-processos:

- **GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS:** responsável pela capacitação e desenvolvimento corporativo, avaliação funcional e gerencial, comunicação social (veículos institucionais de informações corporativas), promoção de eventos comemorativos, além da área responsável pela documentação e informação bibliográfica (acervo bibliográfico, estação de estudos, etc.).
- **GESTÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO:** responsável pela assessoria na negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, além de todas as atividades afetas ao relacionamento com as entidades representativas dos empregados e normatização e concessão dos benefícios oferecidos pela empresa; pela gestão dos sistemas de apoio às atividades de gestão de pessoas, como o SRH, SRHWEB e SISCOP.
- **GESTÃO DO ATENDIMENTO:** responsável pelo atendimento individual (postos, Regional Brasília e Sede), eletrônico ou por meio do (SAP – Serviço de Atendimento a Pessoas), referentes aos macro- processos de Gestão Estratégica, de Pessoas e de Desenvolvimento.
- **GESTÃO ESTRATÉGICA:** responsável pela coordenação das atividades referentes a organização na Superintendência e órgãos subordinados; pela análise, consolidação e disseminação das informações referentes ao desempenho da Unidade; pela implementação da sistemática de monitoração dos processos, por meio de indicadores de qualidade organizacional e de produtividade; bem como propor diretrizes e estratégias objetivando subsidiar o processo de Planejamento Interno.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- implantação da Escola Virtual SERPRO, modalidade E@D, para o quadro interno, com realização do Curso de Introdução a Legislação Fiscal e Tributária (03 turmas, 41 empregados inscritos e 23 aprovados) e Curso de Construção de Conteúdo, em avaliação final, (02 turmas, 51 empregados inscritos);
- realização de Concurso Público com 175 vagas para Analista (distribuídas por Especialização) e 75 vagas para o cargo de Técnico (distribuídas por Qualificação), sendo que 22 vagas de Analista e 20 vagas de Técnico foram destinadas à readmissão dos ex-empregados anistiados;
- disponibilização do SRH WEB no Portal Corporativo do SERPRO;
- CLIPSE – Edição do novo veículo de comunicação voltado para o pessoal PSE;
- desenvolvimento de diversas ações de Responsabilidade Pública e Cidadania Programas Geração III; Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos; e Projeto "Um Dia Diferente" para alunos da Escola do Parque do Distrito Federal); e
- realização de Programa de Atendimento, direcionado para os empregados SUPGP, como forma de adequação do perfil de atendimento da Unidade.

INDICADORES

- **Evolução do Quadro SERPRO**

QUADRO	1997	1998	1999	2000	2001
Interno	6.639	6.787	5.250	5.106	5.186
Externo	4.117	4.037	3.726	3.641	3.588
Total	10.756	10.824	8.976	8.747	8.774

- **Eficácia do Sistema de Trabalho**

DISCRIMINAÇÃO	1997	1998	1999	2000	2001
Receita por empregado	74,8	70,2	88,0	83,5	88,3
(-) Despesa com pessoal por empregado	42,5	39,6	52,4	46,1	50,0
(-) Demais Despesa por empregado	27,3	23,6	25,5	23,0	26,9
(=) Resultado Bruto	5,0	7,0	10,1	14,4	11,4

EM R\$ MIL

- **Amplitude de Controle**

	1997	1998	1999	2000	2001
Nº Empregados	5.743	5.878	5.250	5.106	4.532
Chefes	861	872	675	664	654
Amplitude	6,67	6,74	7,77	7,68	6,93

- **Concurso Público de 2001**

Cargos	Inscritos	Aprovados	Vagas	Contratados	Anistiados
Analistas	3.606	1.399	175	153	22
Técnicos	5.775	849	75	55	20
Total	9.381	2.248	250	208	42

4.3.3. - GESTÃO LOGÍSTICA

A Superintendência de Gestão Logística - SUPGL tem como finalidade prover a infraestrutura necessária à atuação do SERPRO, mediante a implementação e operação de processos que garantam os requisitos de legalidade, qualidade, segurança e economicidade.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Aquisições e Contratações de Bens, Obras e Serviços;
- Gestão Organizacional;
- Gestão Documental;
- Manutenção Predial;
- Segurança das Instalações Físicas dos Materiais;
- Gestão de Materiais;
- Gestão Patrimonial;
- Administração de Hardware e Software; e
- Serviços Gerais.

Destacam-se algumas ações:

- adoção do Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, com significativo ganho em função da simplificação do processo de contratação e redução dos prazos para aquisição;
- implantação de nova versão do Sistema de Gestão de Contratos – SGC, possibilitando maior participação das Unidades do SERPRO na gestão de seus contratos;
- Manutenção dos níveis de suprimento das regionais com uma evolução do índice de conformidade dos prazos de aquisições/contratações, próximo a 95%;
- gestão com a SUPGA para equalização das ações para elevar e melhorar as condições de realização dos serviços de aquisições/contratações para a empresa.
- implantação do Programa de Preservação do Patrimônio do SERPRO através de um plano trienal de obras para preservação das condições de segurança, conforto e bem estar dos empregados do SERPRO.
- implementação do PIT- Programa de Intercâmbio Técnico na área de Instalações Prediais.
- recuperação, adequação e melhoria dos prédios para aumento da confiabilidade de das instalações prediais e aquisição de mobiliário ergonômico para melhoria dos ambientes e condições de trabalho; e
- adequação física para o ambiente de segurança máxima requerido pela AC-SERPRO;

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- revisão dos sistemas e procedimentos relativos ao consumo de energia elétrica, possibilitando superar a meta de redução de 20%, alcançando reduções de 14 a 40 % entre jun/2000 e jun/2001;
- implantação do Modelo de Gestão Logística – MGL, instrumento alinhado aos princípios de Gestão do Conhecimento que norteará e proporcionará o crescimento do capital intelectual de nossas equipes;
- implantação plena do Programa de Segurança do SERPRO na SUPGL; e
- criado o Grupo de Trabalho de Planejamento e Qualidade para implementação de ações orientadas à estruturação da SUPGL;

4.3.4. CONSULTORIA TECNOLÓGICA

A Superintendência de Consultoria Tecnológica – SUPCT tem por finalidade prover o melhor em soluções tecnológicas para as Unidades de Negócio e de infra-estrutura do SERPRO, visando o êxito das decisões e operações dos clientes da Empresa, por meio de consultoria, prospecção e projetos pilotos.

Também responde pela gestão dos contratos corporativos de softwares e serviços de Tecnologia da Informação.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PMOD – PROGRAMA SERPRO DE MODERNIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO:** visa mobilizar toda a Organização em torno do processo de desenvolvimento de soluções, para elevar o SERPRO à categoria de Empresa de Classe Mundial em Qualidade de Software. Trará benefícios no desenvolvimento de soluções, com a introdução de novas metodologias, técnicas e ferramentas.
- **PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA:** pesquisas de mercado e avaliação de soluções tecnológicas para atendimento às demandas dos clientes do SERPRO, propiciando melhorias nos serviços prestados aos clientes, tais como:
 - aumento dos níveis de segurança das soluções;
 - otimização de códigos;
 - melhora no desempenho de soluções;
 - evolução de arquiteturas e plataformas tecnológicas das soluções SERPRO;
 - construção e implementação de novos serviços, aplicando a tecnologia internalizada.
- **Prospecções realizadas em 2001:**
 - data warehouse;
 - banco de dados relacional para plataforma S/390;
 - ferramentas para desenvolvimento Web; e
 - soluções para integração do legado (S/390) com ambiente Web
- **GESTÃO DE CONTRATOS CORPORATIVOS:** controle e liberação de licenças de software e serviços dos contratos corporativos permitindo às Unidades de Negócio agregarem valor aos serviços prestados aos clientes.
- **CONSULTORIA TECNOLÓGICA:** apoio no desenvolvimento de soluções e transferência de tecnologia:
 - **Principais consultorias:**
 - Programoteca CA-Endevor;
 - GED e Workflow;
 - Gateway de Pagamentos;
 - Senha-Rede; definição e validação da arquitetura para o Siafi XXI;
 - melhorias no ambiente Receitanet;
 - implementação da AC-Serpro; e
 - avaliação de diversos produtos e plataformas aplicadas ao desenvolvimento de soluções.

4.3.5. SERVIÇOS TÉCNICOS

A Superintendência de Serviços Técnicos – SUPST presta serviços técnicos corporativos voltados para o atendimento aos usuários de rede local e correio eletrônico notes, executa e administra os processos de entrada e saída de dados e de certificação digital, bem como é responsável pela atualização dos recursos tecnológicos vinculados à

computação pessoal, a validação dos dados captados/expedidos e gerenciamento dos certificados digitais, com vistas a garantir a segurança e funcionalidade necessária à sustentação dos serviços produzidos.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **ATENDIMENTO CORPORATIVO:** disponibiliza recursos técnicos necessários ao fornecimento de produtos e serviços para os usuários da rede local corporativa e do correio eletrônico, garantindo segurança, disponibilidade, performance e o apoio técnico vinculados a computação pessoal.
 - **Rede Local Corporativa:** administração, operação e integração das redes locais do SERPRO; e
 - **Correio Eletrônico:** administração, operação e disponibilização de serviços e produtos oriundos do correio eletrônico.
- **PROCESSO DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS:** consiste no conjunto de atividades voltadas para execução dos processos de:
 - **Coleta de Dados** – manipulação de documentos, de forma a torná-los adequados para digitação e conversão dos dados em meio magnético, para processamento e atualização da base de dados, via transcrição ou captura óptica de código de barra;
 - **Processo Produtivo COLD** – extração de dados do ambiente mainframe ou de outro meio de armazenamento, para ambiente de plataforma baixa visando o processamento e a geração da matriz em formato específico, conforme padrão ISO 9.660;
 - **Gravação de CD-R** – replicação de CD-R oriundo de uma matriz formatada e indexada, resultando na entrega da mídia gravada; e
 - **Impressão Eletrônica** – impressão de dados e imagens em formatos específicos e nas modalidades Simplex e Duplex.
- **PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL:** emissão e gerenciamento de certificados digitais oriundo de uma instalação física, própria e segura, constituída de uma infraestrutura de Chaves Públicas adequada e devidamente auditada com vistas a garantir autenticidade, integridade, confidencialidade e não repúdio às transações eletrônicas feitas por pessoas físicas e jurídicas. São tipos de Certificados Digitais: para Usuário, para Servidor de Aplicação e para Fornecedor de Programa de Computador Executável.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- polarização da execução do Processo de Impressão e Pós-impressão, com redução dos custos de execução e de gestão do processo;
- novos meios de disponibilização de dados, visando redução de custos do serviço e do tempo de processamento:
 - SIAPE CD – relatórios da folha de pagamento da União gerados em CD com uma redução de 12.000.000 de páginas impressas por ano e uma economia de cerca de 50% para o Cliente;
 - BGU Internet – Balanço Geral da União divulgado na home page da SFC – Secretária Federal de Controle, proporcionando maior transparência na

- divulgação das informações da União; e
- SUCOP IMAGEM – melhorias na gestão do contrato entre a SRF e a ECT, com alteração no formato do AR – Aviso de Recebimento, permitindo a digitalização da imagem e automatização no processo de captura dos ARs.
 - substituição das atuais impressoras escravas pelo serviço de impressão corporativa;
 - consolidação dos Serviços da Autoridade Certificadora, resultando em certificação de 47% dos empregados do SERPRO, Auditoria da ICP-Brasil, Auditoria de Consultores Independentes, Geração da Raiz da Autoridade Certificadora Brasileira e Contrato com a ANOREG;
 - implantação do inventário de Hardware e Software e Extrato do Usuário;
 - implantação do Modelo de Gestão por Serviço que tem por foco o serviço prestado e desta forma privilegia os seus usuários e clientes; e
 - gestão efetiva dos níveis de serviço de atendimento aos usuários, detectando os problemas e executando ações para a solução dos mesmos.

INDICADORES

- **Serviços prestados**

Serviço	Quantidades		
	1999	2000	2001
Documentos digitados	47.387.726	5.544.079	3.307.620
Documentos lidos (leitora ótica)	14.851.484	12.423.167	8.458.788
Páginas impressas	237.229.325	182.855.979	158.447.293
Matrizes COLD	4.797	6.303	6.446
CDs gravados	1.991	3.187	3.581
Certificados emitidos	-	-	5.712
Estações de trabalho	6.050	6.151	6.390

4.3.6. TRATAMENTO DE DADOS

A Superintendência de Tratamento de Dados - SUPTD presta serviços de tratamento e armazenamento de dados para o SERPRO e seus clientes, com qualidade, segurança e a preços competitivos.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PROCESSAMENTO EM GRANDE PORTE:**
 - Regional de Brasília: SIAFI, SIAPE, SIADS, SIASG, SITAF, SINAL e SIPE; e
 - Regional de São Paulo: SINCOR, COMPROT, CGC, CPF, CIDA, IRPF, FGTS, SISCOM, GER ITR, SISCOMEX e RENAAM.
- **ARMAZENAMENTO DE DADOS:**
 - Regional de Brasília: SIAFI, SIAPE, SIADS, SIASG, SITAF, SINAL e SIPE; e
 - Regional de São Paulo: SINCOR, COMPROT, CGC, CPF, CIDA, IRPF, FGTS, SISCOM, GER ITR e SISCOMEX e RENAAM.

• **SERVIDORES ESPECIAIS:**

- Regional Brasília: Servidores de plataformas baixa.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- estudo de plataformas alternativas para o novo SIAFI com abordagem de uso de banco relacional (ORACLE, DB2) em plataformas NT, UNIX e OS390;
- apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema de Acesso a Arquivos por Anuentes dos Ministérios da Saúde e da Agricultura com execução de download de arquivos via Web Server (HTTP) com acesso diferenciado para cada órgão e controles através do Senha-Rede e da Aplicação;
- apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema de Consulta a RAIS através de acesso Internet no ambiente CICS/TS 1.3 com TCP/IP IBM e segurança de acesso via SSL;
- apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema de Controle do Transito de Cargas do Sistema da Marinha;
- apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema "SAAP" (Acompanhamento das Atividades Parlamentares) com uso do NATURAL SPECTRUM e Banco de Dados ADABAS, com acesso Internet/Intranet;
- instalação e customização do produto que permite emulação de terminal 3270 a aplicação CICS/NATURAL/ADABAS, via Browser, utilizando a plataforma WebSphere OS390;
- estudo e avaliação de produtos que permitam a utilização de impressão e visualização de relatórios para aplicações com acesso Internet (padrão WEB);
- instalação, customização e disseminação para o desenvolvimento de acesso WEB via CICS, com o fornecimento de apoio técnico;
- implementação e aceitação de Certificado Digital de Usuários, baseado no padrão X.509, diretamente no Servidor WEB do OS/390;
- instalação de novas versões de produtos, definição de padrões para diretórios do UNIX, estruturação dos HFSs, uso dos produtos: HTTP Server, WebSphere Application Server, Firewall, TCPIP, FTP, Host-On-Demand, Host Publisher, JDK, etc.; e
- implementação de rede local de "storage" (SAN) para permitir acesso à área de disco centralizada em plataforma tipo "disk-array" utilizando administração de espaço, similar aos servidores OS/390.

INDICADORES

- **Disponibilidade em Relação ao Acordo de Nível de Serviços:** supera a meta dos níveis acordados, que é de 98%.

	1997	1998	1999	2000	2001
Disponibilidade	99,24%	99,76%	99,78%	99,90%	100%

- **Percentual de Serviços Realizados no Prazo em Relação ao Total:**

	1997	1998	1999	2000	2001
Cumprimento de Prazos	88,01%	96,38%	99,53%	99,52%	99,79

- **Percentual de Serviços Implantados sem Problemas em Relação ao Total de Serviços Implantados:** reflete o grau de complexidade das novas implantações.

	1997	1998	1999	2000	2001
Serviços Implantados sem Problemas	100%	91%	92%	100%	100%

4.3.7. REDE

A Superintendência de Rede - SUPRE presta serviços na área de comunicação de dados, voz e imagem e tem a responsabilidade de definir, gerir, implantar e produzir serviços relacionados a Rede de Comunicação SERPRO e, ainda, de prospectar e implementar soluções tecnológicas, com vistas a garantir a funcionalidade e modernidade necessária à sustentação dos serviços desenvolvidos e produzidos.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **ACESSO SNA:** disponibiliza os recursos de rede que possibilitam o acesso às aplicações localizadas nos *mainframe* de São Paulo e Brasília, nas modalidades Acesso Dedicado, Acesso Compartilhado e Porta de Conexão SNA.
- **ACESSO MULTISSERVIÇOS:** disponibiliza a infra-estrutura voltada a atender a interconexão de pontos de rede dispersos geograficamente, através de meios de acesso diferenciados, transparentes a protocolos de comunicação e adequados às necessidades do Cliente com abrangência nacional e internacional, para todos os serviços da Rede, dentre outros voz, dados, imagem, videoconferência, segurança e gerência.
- **ACESSO DISCADO:** é o provimento de acesso discado ao ambiente de comunicação SERPRO Intranet, onde residem os sistemas e bases de dados, tais como SIAFI, SIAPE, SISCOMEX, sistemas da SRF, correios eletrônicos, serviços WEB de Rede Interna, entre outros. Possibilita também o uso das ferramentas básicas da Internet SMTP, HTTP, FTP, grupo de discussão, lista de distribuição.
- **INTERNET:** disponibiliza o acesso corporativo aos serviços Internet a partir de uma determinada estação de trabalho de uma rede local conectada à Rede de Comunicação SERPRO ou rede integrante da Rede Governo. Garante o acesso a todos os sites públicos disponíveis na Internet, inclusive para os Clientes da Rede de Comunicação SERPRO (exclusão de sites não desejados ou definição de sites permitidos).
- **INTEGRAÇÃO DE CORREIOS:** caracteriza-se pela integração de ferramentas de comunicação, independentemente da plataforma, possibilitando o envio e recebimento de mensagens entre os usuários de correios eletrônicos de rede local (MS-Mail, Lotus Notes, GroupWise) entre outros e Internet (e-mail), utilizando uma lista de endereços comuns, integrando a plataforma de comunicação entre os Órgãos de Governo.
- **VOZ CORPORATIVO SERPRO:** compreende o uso das facilidades de transmissão de voz, em meio digital, integradas à infra-estrutura da Rede de Comunicação

SERPRO.

- **TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS:** compreende o transporte eletrônico de arquivos entre os diversos ambientes operacionais do SERPRO.
- **CONSULTORIA:** compreende todas as atividades de consultoria, assessoria ou desenvolvimento de projetos de rede ou de implantação de serviços de rede em Clientes, bem como a participação em estudos técnicos, reuniões ou qualquer atividade que requeira conhecimentos específicos na área de rede.
- **SEGURANÇA:** compreende um processo de gestão para adicionar valor de segurança aos dados transportados pela rede que garantam a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados trafegados na rede. Compõe-se dos sub-processos sistema de segurança (Firewall) e grupo de resposta à ataques (GRA).
- **GERÊNCIA DE REDE:** permite identificar em cada dispositivo de rede, falhas, desempenho, configuração, bem como as alterações necessárias para garantir o nível de serviço exigido pelos clientes e adequado ao mercado.
- **NEWS:** áreas públicas ou privadas onde os usuários do SERPRO podem enviar mensagens sobre qualquer assunto, buscando compartilhar experiência, obter ajuda, trocar arquivos ou gerar histórico de projetos.
- **FTP COTA/FTP PÚBLICO:** áreas públicas ou privadas que tem como principal objetivo a transmissão e ou divulgação de arquivos, com regras pré-estabelecidas em relação a retenção dos arquivos e ao espaço em disco utilizado.
- **CHAT:** permite a realização de reuniões virtuais de grande porte na Intranet do SERPRO utilizando a facilidade da WEB ou de produtos voltados para este fim.
- **NETMEETING:** oferece suporte ao padrão de conferência de áudio e vídeo e pode ser usado para fazer e receber chamadas de produtos compatíveis com o mesmo.
- **FÓRUM:** permite centralizar documentos em um só lugar, separados por salas de conferência, como apresentações, contratos, planilhas, descrições de produtos e os usuários têm acesso aos documentos, podendo, inclusive, criar tópicos, debates (salas de conferências específicas).

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- implantação na Rede Multisserviços de VPNs para maior privacidade e gerência da Rede do Cliente, possibilitando a cada cliente definir, com independência dos outros Clientes da rede SERPRO, sua política de segurança, níveis de serviços e gerência;
- implantação do processo de contratação de link via pré-qualificação, reduzindo o tempo de contratação de 120 para 30 dias e o valor pago em até 25%;
- recebimento e transmissão de declarações de pessoas físicas pelo ReceitaNet, com aumento 50% da capacidade e atendimento a mais de 90 mil conexões

simultâneas, possibilitando ao contribuinte a facilidade e segurança na entrega de sua declaração;

- desenvolvimento de novos serviços, como *Gateway* de Pagamento e o Sistema de Marinha Mercante, com reflexo direto na racionalização dos recursos;
- disponibilização e integração dos correios eletrônicos para os órgãos da Administração Federal (Rede Governo), com backbone de mensagem;
- o Acesso Discado disponibiliza, via WEB, para os usuários, a alteração da senha diretamente no site, a monitoração de seus extratos identificando a ligação, acompanhamento de consumo e possíveis desvios;
- disponibilização do acesso discado para clientes com mobilidade em suas atividades (auditores e fiscais, migração com acesso SNA, permitiu crescimento de 17%, de 2.376 usuários cadastrados até Dez/2000 para 2.771 em Dez/2001);
- intensificação do uso do canal de voz entre a Sede e as Regionais, consolidou a expansão e a utilização de audio-conferência, reduzindo significativamente o custo com viagens;
- implantação da Conferência de Voz Expandida, por meio da Rede Multisserviços, possibilitando conferência de voz com até 12 localidades simultaneamente e daí incorporar até 6 ramais e/ou telefones (fixos ou móveis);
- integração da Gerência com o ARS/Remedy, com automatização de diversas ocorrências, entre elas, registros de problemas, reconfiguração do tempo previsto de atendimento de acordo com os AOS, preenchimento dos dados da concessionária evitando descarte posterior e auditoria para verificação de inconsistências;
- expansão da disponibilidade do GRA – Grupo de Resposta a Ataques aos órgãos da Administração Pública Federal, adicionando valor de segurança ao ambiente Intranet, via avaliação sistemática da vulnerabilidade de riscos para as aplicações e serviços disponibilizados pelo SERPRO;
- implantação da tecnologia ATM no backbone para atender ao crescimento de tráfego em mais de 100% este ano;
- implantação da voz sobre IP e videoconferência para o Exército;
- implementação da Rede do Exército para estender o serviço de vídeo conferência aos 7 Comandos Militares, atualmente composta por 20 localidades correspondentes a Comandos Militares, Centros Tecnológicos Avançados e Regiões Militares todos já interligados. Esta Rede tem um potencial de atendimento de até 450 pontos; e
- implementação do protocolo IP/SEC e filtros nos roteadores da VPN do SINTEGRA, com utilização de roteadores Cisco, composta por 27 localidades interligadas a circuitos com velocidades de 64Kbps, permitindo às Secretarias da Fazenda Estadual a troca entre si de informações tributárias.

INDICADORES

- **Transações, tráfegos e custos unitários de Rede**

	1999	2000	2001
Transações de rede SNA	2.246.680.970	2.268.416.360	2.549.000.000
Tráfego na rede SNA (min.)	1.200.000.000	1.221.000.000	1.099.000.000
Custo SNA por transação	0,035	0,037	0,031
Custo SNA por minuto	0,071	0,068	0,073
Custo da capacidade de vazão	29.693,31	20.615,74	18.036,94

- **Porte da Rede de Comunicação**

	1999	2000	2001
Usuários	130.000	128.000	145.000
Municípios atendidos	700	822	1.002
Redes locais	713	921	960
Redes externas nacionais conectadas	220	220	188
Redes externas internacionais conectadas	6	6	6
Microcomputadores	26.727	35.846	52.580
Terminais	4.507	4.077	4.100
Impressoras	17.655	21.015	21.000
Acessos internet simultâneos	50.000	90.000	90.000
Capacidade de vazão nominal (Mbits)	122	180	231
Custo global da rede (R\$)	82.261.421	82.798.879	88.917.296

4.3.8. ATENDIMENTO A CLIENTES

A Superintendência de Atendimento a Clientes - SUPAC executa as atividades de atendimento a Clientes do SERPRO, relativas a administração de redes locais, consultoria e apoio técnico em computação pessoal, elaboração de projetos de redes locais, instalação e manutenção de software e hardware, execução de infra-estrutura elétrica e lógica, serviços de correio eletrônico e assistência aos usuários.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **ADMINISTRAÇÃO DOS AMBIENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** consiste no conjunto de atividades necessárias à operacionalidade de ambientes em Rede Local e na Rede SERPRO (arquitetura SNA), localizados em instalações de clientes, garantindo performance, disponibilidade dos serviços, estabilidade do ambiente e integração com outras redes.
- **E@D - ENSINO A DISTÂNCIA:** disponibiliza conhecimento à distância utilizando tecnologias de computação e comunicação via Internet, permitindo ao aluno estudar no trabalho ou em casa, de acordo com a disponibilidade de tempo e horário, a partir de conteúdos previamente elaborados pelo SERPRO ou por seus clientes.
- **TREINAMENTO:** compreende as atividades de Instrutoria para capacitação de clientes/usuários em produtos e serviços de computação pessoal, rede local e aplicativos do SERPRO.

- **CORREIO ELETRÔNICO:** consiste no conjunto de atividades necessárias à administração, operacionalidade e disponibilidade dos serviços de correio eletrônico, na plataforma EXCHANGE, exclusivamente para Clientes.
- **CONSULTORIA TÉCNICA:** consiste no conjunto de atividades vinculadas à consultoria em computação pessoal e redes locais, elaboração de projetos, soluções específicas para acesso à informações, acordos de parceria e participação em reuniões com Clientes.
- **SUPORTE TÉCNICO:** atividades de suporte tecnológico aos ambientes operacionais na plataforma cliente/servidor, em ambientes não administrados pela SUPAC, em termos de hardware e software (sistemas operacionais, banco de dados, comunicação de dados, ferramentas e aplicações).
- **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** atividades necessárias para manutenção corretiva de equipamentos de informática (hardware).
- **ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA:** atividades que objetivam a disponibilização de Ponto de Conexão, envolvendo recursos para a execução de infra-estrutura elétrica e lógica objetivando a instalação de equipamentos de informática.
- **OPERAÇÃO DE NÓ DE REDE:** atividades necessárias à operação da Rede de Comunicação Multiprotocolar, por meio de equipamentos, instrumentos e facilidades tais como: modems, roteadores, controladores de comunicação, interpretando mensagens do Monitor de Rede Netview e buscando ações preventivas e corretivas.
- **ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE SERVIÇOS – CNS:** atividades necessárias à produção do SIEF, compreendendo administração do banco de dados, distribuição de programas e objetos, consultoria e suporte técnico.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- implantação das Comunidades de Atendimento para atender aos sistemas Siafi, Siasg, Siape ,Comércio Exterior, propiciando um atendimento mais ágil e de melhor qualidade aos usuários e racionalização dos recursos internos;
- instituição do E@D - Projeto de Educação à Distância que visa suprir a necessidade constante de atualização do conhecimento, aumentando a empregabilidade das pessoas, aplicado a 2.776 alunos em 16 turmas;
- implantação do PMOD/MGAD nas PGFN dos 27 Estados, ESAF e Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU;
- elaborado um novo projeto de infra-estrutura para a rede local do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro;
- desativação do correio Group/Wise da STN, migrando para o Exchange 2000, permitindo melhor qualidade e disponibilidade aos 1.651 usuários; e
- projeto de contratação da locação das 12.000 estações de trabalho para a SRF; e
- implantação de 64 redes locais seccionais da PFN.

INDICADORES

- **Redes administradas**

	Redes NT	Redes Novell	Total
Redes locais	614	160	774
Servidores	536	143	679
Estações de trabalho	20.464	6.175	26.639

- **Quantidades de atendimentos**

Tipos	Atendimentos
Assistência ao Usuário (RAC)	40.673
Atendimento Técnico de Campo (ARS)	11.068
Consultoria e Suporte Técnico (RAC)	8.996
Suporte de 3º Nível (RAC)	3.428
Treinamento (RAC)	1.474
Elaboração e homologação de projetos	12.069 horas

4.3.9. - GERÊNCIA DE SERVIÇOS

A Superintendência de Gerência de Serviços – SUPGS objetiva implementar ações sistematizadas de consultoria, monitoração de serviços e atendimento a Clientes, sob o conceito de gerenciamento de serviços, visando a melhoria da qualidade dos serviços do SERPRO.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **GERÊNCIA DE SERVIÇOS:** implementa ações sistematizadas de monitoração de serviços, que permitam antecipar a detecção de falhas, a determinação de disponibilidades ou não de serviço, seus tempos de acesso e de respostas, para reduzir o tempo de correção.
- **CAS - CENTRAL DE ATENDIMENTO SERPRO:** é responsável pela gestão do ambiente de atendimento (HelpDesk Remedy) e monitoração de ambientes, bem como por todas as atividades relacionadas ao atendimento aos clientes do SERPRO em primeiro nível, seja em caso de dúvidas ou problemas no acesso a qualquer um de seus serviços.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- implantação do Projeto Gerência Integrada de Rede (Gir) que fornece indicadores e permite um melhor acompanhamento da infra-estrutura de rede;
- revisão e melhoria no processo de acompanhamento de serviços do irpf e permite o elo da comunicação entre as áreas produtoras com os gestores dos serviços e os clientes;
- consolidação e sistematização do processo de implantação de salas de situação, pontos para controles dos picos sazonais dos serviços críticos, incluindo simulações de uso dos mesmos;

- evolução da ferramenta ROBÔ que permite simular o uso dos serviços de forma automática em tempos preestabelecidos e antecipar a detecção de falhas;
 - implantação do Falha Zero com o objetivo de conduzir ações corporativas que permitam ao gestor de serviço das unidades realizar um plano contínuo de prevenção de falhas em serviço;
 - abertura e acompanhamento de chamadas pelos usuários via WEB;
 - implantação do Serviço de Voz Interativa, com atendimento automatizado para alguns serviços, entre eles Ativação de Circuitos;
 - atendimento de todos os acionamentos vinculados aos sistemas RENAVAM e RENACH; e
 - fortalecimento do grupo de atendimento especializado em RAIS, com atendentes oriundos do primeiro nível.

INDICADORES

- **Conclusividade:** quantidade de acionamentos que são solucionados na Central, sem necessidade de repasse para o 2º nível.

	TOTAL	SOLUÇÃO 1º NÍVEL	SOLUÇÃO 2º NÍVEL
1999	858.772	778.617	80.155
2000	556.060	497.674	58.386
2001	523.832	472.496	51.336

4.3.10. - SISTEMAS CORPORATIVOS

A Superintendência de Sistemas Corporativos – SUPSC objetiva atender com eficácia as necessidades de gestão do SERPRO, via construção de soluções e produtos, disponibilizando as informações de forma integrada e transparente, intensificando o uso da tecnologia da informação.

PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PROCESSO DECISÓRIO:** sistema que controla a tramitação de Proposições de Voto para a Diretoria, incluindo análise, parecer, agendamento em pauta de reunião de Diretoria e elaboração de atas, e permite acompanhar, via Correio Notes, em tempo real, a sua tramitação desde a minuta inicial até o registro em ata da decisão da Diretoria.
- **SISCOR - SISTEMA DE EMISSÃO E CONTROLE DE CORRESPONDÊNCIA:** sistemática de gestão dos documentos oficiais internos e externos, produzidos e ou recebidos pelas as unidades do SERPRO.
- **PLACONT – SISTEMA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DOS CONTRATOS DE DESPESAS DO SERPRO:** permite acesso às informações das previsões de desembolsos dos contratos de prestação de serviços contínuos do SERPRO.
- **PGE - PLANEJAMENTO DE GESTÃO EMPRESARIAL:** registra os cenários internos e externos, componentes estratégicos, diretrizes, metas e indicadores empresariais,

bem como os desdobramentos setoriais, além de permitir o desdobramento das estratégias em objetivos, metas, indicadores setoriais, ações e atividades, possibilitando o monitoramento do desempenho empresarial.

- **SRH – SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS:** apoia todo o processo de gestão de pessoas, registrando a situação do empregado desde a sua admissão até o seu desligamento, mantendo um histórico de toda a sua vida funcional na empresa. Este sistema é acessado via WEB. Sua plena implementação possibilitará a descentralização de atividades básicas de RH para o corpo gerencial e funcional, tais como: marcação de férias, solicitação de licenças, controle de frequência e também o controle de vale-transporte, tiquetes, auxílio-creche, treinamento, quadro de pessoal (visando seleção para concurso), processo de reclassificação e automação de cálculo para pensionistas.
- **INFOSERPRO:** conjunto de aplicações voltadas para a realização e controle dos orçamentos técnicos (OT) dos serviços contratados pelos Clientes do SERPRO, tanto externos como os internos, permitindo a administração da capacidade instalada dos insumos, capacidade negociada, apropriação de recursos, acompanhamento dos contratos e processos de faturamento. Permite ainda consultas e relatórios operacionais e gerenciais de todas etapas do processo, por meio de parâmetros fornecidos pelos usuários. Tem como benefício a disponibilização de um sistema na WEB que permite a tomada de decisões estratégicas com informações atualizadas.
- **CPC – CONTROLE DE PROCESSOS E CONSULTAS:** composto pelos módulos "Contencioso" e "Consultivo", é voltado para a gestão, controle e organização da atividade de patrocínio do contencioso judicial da Empresa e da atividade de orientação jurídica dos órgãos institucionais do SERPRO.
- **ACESSO:** sistema que gerencia o controle de entrada, saída e permanência de pessoas, equipamentos e veículos nas dependências da Empresa, bem como a gestão de chaves e de crachás.
- **SISAUD - SISTEMA INTEGRADO DE AUDITORIA:** sistema de apoio de auditoria empresarial que visa atender as necessidades de informações dos procedimentos da Auditoria Geral.
- **ADPAT - CONTROLE DE PATRIMÔNIO, ESTOQUE E INVENTÁRIO:** registra e controla a movimentação de bens, controle de material de expediente e o inventário dos bens permanentes do SERPRO, com sua contabilização integrada ao SIAFI.
- **SVPC – SISTEMA DE SOLICITAÇÃO DE VIAGEM E PRESTAÇÃO DE CONTAS:** sistema que permite a solicitação, aprovação, autorização e prestação de contas de viagens de empregados, no âmbito do SERPRO.
- **SIARE – SISTEMA INTEGRADO DA ADMINISTRAÇÃO DA RECEITA SERPRO:** – permite o registro da produção, faturamento e cobrança dos serviços prestados e o acompanhamento da Receita OGU, interagindo com os sistemas internos de Custo, SIAFI e ADOTE.

- **INTERNET:** site do SERPRO que disponibiliza à comunidade interna e externa, informações institucionais da Empresa, serviços e links a sites de clientes e parceiros.
- **INTRANET:** site corporativo do SERPRO que disponibiliza os produtos e serviços para a comunidade interna.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

- **PROJETO PORTAL CORPORATIVO DO SERPRO:** objetiva disponibilizar acesso único às aplicações e soluções, com segurança e tecnologia de ponta, possibilitando compartilhar o conhecimento da Empresa e disseminar a informação em tempo real, para atender ao Processo SERPRO de Gestão do Conhecimento e da Aprendizagem Organizacional.
- **PROJETO E@D:** objetiva a implantação de programas de Ensino à Distância, que potencialize o treinamento a todos os empregados do SERPRO, disseminando práticas pedagógicas baseadas em princípios colaboracionistas, facilitados pelas novas tecnologias da informação.
- **SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE SOLUÇÕES EMPRESARIAIS:** instrumento corporativo de registro, acompanhamento e recuperação das soluções de tecnologia da informação desenvolvidas pela Empresa. Permite o acesso às soluções adotadas pela Empresa em seus projetos de desenvolvimento de sistemas, identificando suas diversas fases, artefatos, técnicos envolvidos, planos, orçamentos e custos.
- **SISCOMP - SISTEMA DE GESTÃO DA BASE DE COMPONENTES REUTILIZÁVEIS:** instrumento corporativo de cadastro, avaliação, gestão, guarda e recuperação dos componentes reutilizáveis de tecnologia da informação desenvolvidos e adotados pela Empresa. Será permitido a submissão, avaliação, guarda, gestão e acesso aos componentes reutilizáveis desenvolvidos e adotados pela Empresa, diminuindo o retrabalho e aumentando a produtividade e a qualidade no desenvolvimento de software.
- **REVISA - SISTEMA DE SUPORTE PARA GARANTIA DE QUALIDADE DE SOFTWARE:** instrumento corporativo de registro e acompanhamento das revisões de qualidade, propiciando análise do andamento do processo de certificação do SERPRO para o nível 2 do SW - CMM. Permite melhor gerenciamento e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento de soluções das unidades do SERPRO, conforme o preconizado pelo PSDS.
- **RELATÓRIO VIVO:** apoia a elaboração do Relatório de Gestão, com base nos Critérios de Excelência e possibilita o envolvimento do corpo funcional, dando transparência à gestão. Permite ainda o registro e a retenção dos conhecimentos em tempo real e agiliza o processo de elaboração do relatório de gestão do PSQ.

- **SOLICITA - SISTEMA DE GESTÃO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO:** instrumento corporativo de registro e acompanhamento do atendimento de solicitações de serviço, que permite melhor gerenciamento e controle eficaz do atendimento às solicitações de serviço ao SERPRO, originadas por seus Clientes ou entre suas Unidades.

4.3.11. AQUISIÇÕES E CONTRATOS

A Superintendência de Gestão das Aquisições e Contratos – SUPGA é responsável pela centralização dos processos de compras corporativos, bem como pelo apoio às Unidades da Empresa, garantindo e procedendo às aquisições de demandadas, disponibilizando sistemas corporativos que controlam os processos aquisitivos, com legalidade, qualidade, segurança e economicidade.

PRINCIPAL SERVIÇO

- **AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES:** compreende as atividades de aquisições de bens e serviços de contratos corporativos ou centralizados, para atender ao Cliente a tempo e a hora, na qualidade desejada de suas demandas, através de:
 - manutenção dos níveis de suprimento das regionais, de conformidade com os prazos de aquisições e contratações, em conjunto com a SUPGL;
 - adoção de Pregão on-line para aquisição de bens e serviços comuns;
 - implantação do Sistema de Elaboração e Controle de Licitações – SCO;
 - otimizações do Sistema de Gestão de Contratos – SGC, cuja melhoria do processo produtivo propiciará o gerenciamento dos contratos em vigor;
 - implantação do Programa de Segurança do SERPRO – PSS na Unidade; e
 - alinhamento ao processo de Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Organizacional – GCO.

INDICADORES

- **Efetividade dos serviços prestados**

Tipos de Contratos	Sede	BSA	BLM	FLA	RCE	SDR	BHE	RJO	SPO	CTA	PAE	Total
Contratos de despesa	53	36	16	17	7	4	8	19	68	17	18	263
Termos aditivos de despesa	111	42	23	16	25	20	13	53	71	25	24	423
Contratos de receita	107	3	0	2	0	1	0	2	0	1	0	116
Termos aditivos de receita	38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38
Contratos de comodato	1	4	0	1	1	1	0	1	0	0	0	9
Convenios de cooperação	12	4	2	7	2	0	3	0	5	4	0	39
Credenciamento médico	1	4	23	81	21	1	49	8	1	43	54	286
Distratos de contratos de despesa	5	5	5	4	1	1	2	8	4	3	7	45
Distratos de contratos de receita	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Distratos de credenciamento médico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Confissão de dívida	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	329	98	69	128	57	28	75	91	149	93	103	1.220

4.4. - CONSULTORIA JURÍDICA E AUDITORIA

4.4.1. CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica - COJUR presta serviços técnicos especializados de natureza jurídica aos clientes internos, através de orientações, pareceres e condução de processos administrativos e judiciais nos quais o SERPRO seja parte, bem como supervisiona a condução de processos judiciais terceirizados para escritórios regionais de advocacia trabalhista, de consultoria jurídica, e o fornecimento de informações estratégicas para subsídio dos atos decisórios próprios e da Diretoria.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Do total de 83 decisões judiciais contra 265 havidas em 2000, o SERPRO obteve 70 decisões favoráveis, 01 desfavorável e 12 parcialmente favoráveis. Pode-se destacar não somente o crescimento de 12 pontos percentuais das decisões favoráveis, mas a significativa baixa no contencioso de 265 em 2000 para 83 em 2001.

Decisões	1999		2000		2001	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Favoráveis	268	80	192	72	70	84
Desfavoráveis	34	10	29	11	1	2
Parcialmente favoráveis	31	10	44	17	12	14
Total	329	100	265	100	83	100

- Sob o ponto de vista da gestão do contencioso judicial, a COJUR supervisiona o atendimento terceirizado das ações trabalhistas, que passaram de 3.030 processos judiciais em 1999 para 3.334 ações em 2000 e para 3.491 em 2001.
- No ano de 2001, foram formuladas à COJUR, 1.701 consultas, das quais 96% foram respondidas no prazo máximo de 30 dias e apenas 4% foram respondidas em prazo superior.
- Disponibilizou ainda o Sistema de Controle de Processos e Consultas - CPC para todas as Regionais, promovendo o devido treinamento aos empregados responsáveis pelo acompanhamento do contencioso judicial em cada Regional.

4.4.2. AUDITORIA GERAL

A Auditoria Geral do SERPRO – AUDIG/CD, vinculada ao Conselho Diretor, subordina-se, administrativamente, ao Diretor-Presidente e tem como Missão “Assessorar a alta administração no desempenho de suas funções e zelar pela gestão empresarial, visando o fiel cumprimento dos procedimentos legais”. Assim, cabe a Auditoria verificar os controles internos das atividades do SERPRO, estando credenciada a visitar todos os órgãos mantenedores destes, avaliando “in-loco” os procedimentos destinados a alcançar os objetivos ligados à eficiência e eficácia dos resultados da gestão do SERPRO.

Desenvolve ainda, as tarefas internas de exames à distância dos registros contábeis/patrimoniais do SERPRO existentes no Sistema SIAFI, dos Sistemas aplicativos de controle de patrimônio, estoques de materiais, contas a pagar/receber, recursos humanos, conciliações contábeis e bancárias, documentação dos registros

financeiros, pessoal/benefícios, controles logísticos, processos de compras e contratação de serviços, complementando com avaliação das demonstrações financeiras anuais e inspeções anuais no SERPROS – Fundo Multipatrocinado.

PRINCIPAIS CLIENTES E SERVIÇOS

Os principais clientes da Auditoria estão divididos em dois grupos, os internos que são os Conselhos Diretor e Fiscal e a Diretoria para os quais são fornecidas informações relacionadas às atividades desenvolvidas pela Empresa para a tomada de decisão. Os externos, são os órgãos de fiscalização do governo, a Secretaria de Fiscalização e Controle Interno - SFCEI e o Tribunal de Contas da União - TCU, para os quais são fornecidas informações relacionadas à gestão empresarial da Empresa, visando dar suporte a avaliação e verificação da regularidade dos atos praticados pelos seus gestores.

FATOS QUE OCACIONARAM INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E/OU PROCESSO ADMINISTRATIVO.

DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-05/2000 - Vigência: 21/02 a 31/03/2000; DS-031/2000 - Vigência: 01 a 30/04/2000; DS-036/2000 - Vigência: 01 a 31/05/2000; DS0042/2000 - Vigência: 01 a 30/06/2000; DS-048/2000 - Vigência: 01 a 31/07/2000; DS-056/2000 Vigência: 01/08 a 30/09/2000; DS-072/2000 - Vigência: 01/10 a 30/11/2000; DS-086/2000 - Vigência: 01/12/2000 a 31/01/2001; DS-011/2001 - Vigência: 01/02/2001 a 28/02/2001; DE-003/2001 - Vigência: 15/02/2001 a 30/06/2001; DE-038/2001 - Vigência: 01/07/2001 a 31/08/2001; DE-058/2001 - Vigência: 01/09/2001 a 30/09/2001; DE-072/2001 - Vigência: 01/10/2001 a 31/10/2001; DE-086/2001 - Vigência: 01/11/2001 a 31/12/2001</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar a existência de: a) Deficiência de segurança em processos da Empresa; b) responsabilidades, por parte de empregado(s) do SERPRO, na suposta comercialização de dados sigilosos da Secretaria da Receita Federal, relativos a contribuintes, conforme notícias veiculadas na imprensa, no período de 15 a 19/02/2000.</p> <p>Processo Número: 19863.000010/00-23</p> <p>Conclusão: Em andamento</p>
DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-040/2000 - Vigência: 24/05 a 15/07/2000; DS-053/2000 - Vigência: 17/07 a 13/08/2000; DS-061/2000.- Vigência: 14/08 a 23/08/2000</p> <p>Objetivo: Apurar responsabilidades pelo funcionamento irregular do Sistema SRH-Antares</p> <p>Processo Número: 19863.000049/00-69</p> <p>Conclusão: Encerrado. Processo concluído pela Comissão na data prevista e enviou ao Diretor Carlos Luiz para julgamento. Este o fez e encaminhou ao Diretor Portugal para providências de rescisão contratual e outras recomendações. O processo foi encaminhado para a COJUR, para providenciar os termos da rescisão e ressarcimento. Foi assinado pelas partes o Termo de Distrato do Contrato RG nº 30256 e efetuado o ressarcimento ao SERPRO.</p>

DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-071/2000 - Vigência: 21/09 a 21/10/2000; DS-013/2000 - Vigência: 12/12 a 11/11/2000; Resolução DP-001/2001 - Vigência: 12/01/2001 a 26/02/2001; DE-008/2001 - Vigência: 27/02/2001 a 28/03/2001</p> <p>Objetivo: Apurar e analisar dados de contratos de receita referentes a clientes externos da Superintendência de Negócios Serviços Especiais (SUNSE).</p> <p>Processo Número ; 19863.000065/00-15</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que ficou evidente o envolvimento de três empregados nos contratos de receita referente ao cliente DENATRAN/ Ministério da Justiça, sob a responsabilidade da Superintendência de Negócios Serviços Especiais (SUNSE). Dois empregados cometeram erros administrativos mas não causaram prejuízo a Empresa em razão das providências adotadas para sua regularização e um empregado, diante dos fatos apurados e insuficiência de argumentos em sua defesa, constatou-se o cometimento de falta de ética profissional, infringindo o disposto no capítulo II, título II, item 2, letras "a", "b" e "h", do Regimento de Administração de Recursos Humanos. A autoridade julgadora – Diretor-Superintendente – acatou a conclusão da Comissão, imputando ao empregado a penalidade de advertência. O empregado recorreu a autoridade superior – Diretor-Presidente e este manteve a decisão recorrida e mandou que se fizesse constar do dossiê do empregado o registro da advertência, bem como ser considerada para todos os efeitos de avaliação funcional.</p>
DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-087/2000 - Vigência: 21/11 a 20/12/2000.</p> <p>Objetivo: Apurar os fatos relacionados à denúncia formulada pelo empregado Alfredo Alencastro, matrícula 1201816-3, em carta de 02/10/2000.</p> <p>Processo Número: 19863.000074/00-14</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que a Empresa tem que definir se a área do CDI da Regional Brasília deve ser utilizada para o trabalho ou para fumódromo. Se definindo para fumódromo, deve ser retirado todos os equipamentos instalados no local. A autoridade julgadora deu por esclarecidos os fatos sem atribuição de responsabilidade pessoal, cientificando as superintendências envolvidas (SUPGL/SUPGP) que, qualquer área física da Empresa, tem prioridade para ser utilizada para fins laborais e que seja observado com rigor o relatório da Comissão de Sindicância, como também a legislação que regula o uso de produtos fumíferos e sucessividade de aplicação de penas a empregados.</p>
DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-002/2001 - Vigência: 10/01/2001 a 15/02/2001; DE-002/2001 - Vigência: 16/01/2001 a 17/03/2001; DE-012/2001 - Vigência: 18/03/2001 a 16/04/2001; DE-020/2001 - 17/04/2001 a 15/06/2001.</p> <p>Objetivo: Designar Comissão de Sindicância para apurar os fatos relacionados a acesso indevido a parecer da Consultoria Jurídica, na forma descrita no Memorando COJUR-026394/2000, de 19/12/2000.</p> <p>Processo Número: 19863.0002/2001-66</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu pela impossibilidade de indicar autores quanto ao acesso indevido a pareceres da Consultoria Jurídica, diante das declarações dos depoentes. A autoridade julgadora fez várias recomendações à COJUR, com o objetivo de evitar ocorrências dessa natureza, decidindo pelo encerramento do processo.</p>
DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DE-021/2001 - Vigência: 26/04/2001 a 25/05/2001; DE-32/2001 - Vigência: 26/05/2001 a 24/06/2001; Prorrogada até o dia 07/12/2001</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para identificar divergências nos recolhimentos do Salário Educação, com base em informações fornecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE</p> <p>Processo Número: 19863.0013/2001-46</p> <p>Conclusão: Em andamento. A Comissão encerrou os trabalhos e encaminhou o processo para a autoridade julgadora. A Autoridade julgadora determinou complementar as informações para fins de melhor exame e posterior manifestação de julgamento. Determinou, ainda, prorrogar a vigência da Decisão Setorial para até o dia 07/12/2001</p>
DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DE-009/2001 - Vigência: 15/03/2001 a 30/04/2001.</p> <p>Objetivo: Instituir comissão para identificar os problemas ocorridos nos sistemas gerenciais do SISCOMEX, com relação as totalizações divergentes nos relatórios/arquivos referentes a dezembro/2000</p> <p>Processo Número: 12023.0029/2001-00</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão entendeu que os problemas que motivaram a instituição da sindicância não teve caráter doloso e sim a falta de instrumentos para o controle de qualidade efetivo e sistemático e elencou 5 sugestões para melhoria, que foi acatada pela autoridade julgadora, o qual determinou a execução das ações necessárias para a solução dos problemas identificados pela Comissão</p>

DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DE-044/2001 - Vigência: 10/07/2001 a 10/09/2001; DE-064/2001 - Vigência: 11/09/2001 a 10/10/2001; DE-098/2001 - Vigência: 11/09/2001 a 10/01/2002</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar utilização irregular do sistema de franquia e ausência de mecanismos de controle consistente para aferição dos valores considerados em serviços prestados, decorrente de apontamento efetuado no item 5.1.3 do Certificado de Auditoria da Secretaria Federal de Controle, processo nº 15492.000940/2001-71 – Processo de Prestação de Contas – exercício 2000.</p> <p>Processo Número: 19863.0044/2001-05</p> <p>Conclusão: Em andamento</p>
DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DD-OC-056/2001 - Vigência: 22/08/2001 a 22/09/2001; DD-065/2001 - Vigência: 22/08/2001 a 22/09/2001 – alterar composição membros</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar fatos e responsabilidades relativas à aplicação de pagamentos por confissão de dívida, no exercício de 2000, excetuando-se os casos já examinados por outra comissão, em atendimento à recomendação relativa ao item 2.11 do Certificado de Auditoria da Secretaria Federal de Controle, processo 15492.000940/2001-71.</p> <p>Processo Número: 12014.0147/2001-19</p> <p>Conclusão: Em andamento. O presente processo de sindicância refere-se a 07 processos de confissão de dívida relativos ao ano 2000. Até o próximo dia 23/11, a comissão estará concluindo os dois últimos processos que faltam para analisar. Foi solicitada a prorrogação do prazo da Decisão Setorial nº 065/2001.</p>
DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DD-061/2001 - Vigência: 10/09/2001 a 28/09/2001; DD-077/2001 - Vigência: 29/09/2001 a 04/10/2001</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar fatos e responsabilidades relativas à ações trabalhistas impetradas por empregados SOAP, atendendo e recomendação do Conselho Diretor, emanada em reunião do dia 03/09/2001.</p> <p>Processo Número: 19863.0059/2001-65</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que não se verificou falhas técnicas ou administrativas que viessem a materializar fatos que acarretassem imputação de responsabilidades a qualquer agente da Empresa e que, de forma diversa, mais uma vez, a questão dos empregados do Quadro SOAP leva o SERPRO a ter de se defender de suposta irregularidade, sendo que, desta vez, com onerosa penalização financeira. Concluiu, por fim, que a situação requer decisões político-administrativas na mais alta esfera governamental, cuja demora poderá representar novos encargos para o SERPRO e recomendou: à Direção da Empresa que envie gestões junto ao Conselho Diretor no sentido de buscar junto às esferas do Governo e a SRF/MF o acerto da situação dos empregados SOAPS; à Consultoria Jurídica a implementação de ações para que se faça a estimativa de valores e informar sistematicamente à direção da Empresa; e, ainda, que seja constituído grupo de trabalho para verificação e nova conferência dos serviços de apuração dos valores a serem pagos, o que possibilitará oferecer ao Juízo Executor a clareza, precisão e coerência dos valores apresentados pelo SERPRO. A autoridade julgadora acatou a conclusão proferida pela Comissão de Sindicância e encaminhou o relatório para as áreas envolvidas para implementação das recomendações da Comissão.</p>
DIRET	<p>Nº Doc. Instituidor: DD-063/2001 - Vigência: 04/09/2001 a 03/10/2001; DD-083/2001 - Vigência: 04/10/2001 a 03/11/2001; DD-084/2001 - Vigência: 04/11/2001 a 21/01/2002.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar fatos e eventual responsabilidade relativa à não conclusão dos sistemas Farma, Índice, Fipe, Geomídia e Sigma, destinados ao Ministério da Fazenda, conforme relatado nos Ofícios nº 2004/COGES/GABIN/MF, de 22/08/2001 e 2004/COGES/GABIN/SeAE/MF, de 06/06/2000.</p> <p>Processo Número: 19863.0082/2001-50</p> <p>Conclusão: Em andamento.</p>

SUPGP	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-019/2000 - Vigência: 29/09 a 28/10/2000; DS-020/2000 - Vigência: 29/10 a 28/11/2000; DS-022/2000 - Vigência: 29/11 a 28/12/2000</p> <p>Objetivo: Institui Comissão de Processo Administrativo Disciplinar com base no Processo de Sindicância nº 10120.001629/98-79 instaurado pela Delegacia da Receita Federal em Anápolis - GO, onde está apresentado o empregado GERALDO MAGELA ROCHA SILVA, MATRÍCULA nº 0102654-2.</p> <p>Processo Número: 19863.000066/00-88</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que não há no processo nenhuma prova contra o empregado que indique dolo, má fé ou obtenção de vantagens; que o empregado foi negligente no sentido de Ter assinado um documento institucional sem a devida competência para tal; e que foi negligente por não ter registrado a posteriori, a emissão da Certidão Negativa do Débito no sistema da RF. O SUPGP julgou o empregado como incurso no item 4.2.4 da NF 1000.00.01 e ainda nos dispositivos Título 2, letras "a", "d" e "f", e Título 4, letra "a" do RARH, pelo que, observando-se as normas disciplinares vigentes na Empresa, deve ser aplicada, pela chefia imediata, a penalidade de Suspensão de 29 dias, conforme previsto no item 4.9.1, inciso III da supracitada NF, o que foi feito em 29/12/2000.</p>
SUPGP	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-021/2000 - Vigência : 29/11 a 20/12/2000; DS-023/2000 - Vigência: 21/12/2000 a 19/01/2001; DE-004/2001 - Vigência: 20/02/2001 a 20/04/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar fatos ocorridos com a alteração de jornada da empregada Soraya Chistina de Sá Cabral - matrícula 1200988-1.</p> <p>Processo Número: 19863.000073/00-43</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão constatou que a alteração de jornada de trabalho da empregada para seis horas diárias, desde 1990, deu-se por interesse da Empresa e que tal fato não ensejava, à época, redução salarial, conforme Norma de Execução 542000.0.0.0. A autoridade julgadora acatou a conclusão da Comissão e mandou providenciar a elaboração do Termo Aditivo do Contrato de Trabalho.</p>
SUPGP	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-024/2000 - Vigência: 02/01/2001 a 15/02/2001; DE-003/2001 - Vigência: 16/02/2001 a 25/02/2001.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar se é devido ao empregado CARLOS ALBERTO SOARES DALCUN Licença Prêmio no período de 22/05/1972 a 21/05/1977.</p> <p>Processo Número: 19863.00001/01-11</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos concluindo que o pleito do empregado à concessão de licença-prêmio referente ao período aquisitivo de 22/05/1972 a 21/05/1997, não lhe é devido diante das análises nos documentos colhidos e o declarado pelo empregado. A Autoridade julgadora acatou a conclusão final do relatório da Comissão.</p>
SUPGP	<p>Nº Doc. Instituidor: DE-005/2001 - Vigência: 21/02/2001 a 20/04/2001; DE 009/2001 - Vigência: 21/04/2001 a 20/05/2001; DE-12/2001 - Vigência: 21/05/2001 a 20/06/2001.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para analisar os fatos constantes do relatório da Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, designada pelo chefe do Escritório de Corregedoria da 1ª Região Fiscal - Processo 10166.010590/00-78, onde está apresentado o empregado KENAS DE FIGUEIREDO, matrícula nº 0103611-4, lotado na DRF Cuiabá - MT.</p> <p>Processo Número: 12014.00047/01-92</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos e concluiu que ficou evidente o envolvimento do empregado. A autoridade julgadora acatou a conclusão da Comissão e julgou pela demissão por justa causa. O processo foi encaminhado à SUPGP que está aguardando a remessa, pelo escritório de Cuiabá, do documento de com o "ciente" do empregado, uma vez que este não apresentou recurso dentro do prazo previsto em Norma Funcional. O empregado foi demitido em 30/08/2001, ficando em débito com a Empresa no valor de R\$594,22, assinando, portanto a Nota Promissória com vencimento para 30/09/2001.</p>
SUPGF	<p>Nº Doc. Instituidor: GF-01/2001 - Vigência: 17/04/2001 a 02/05/2001; GP-013/2001 - Vigência: 03/05/2001 a 17/05/2001</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para averiguar divergências apuradas no valor do rendimento apontadas no relatório de auditoria independente.</p> <p>Processo Número: 19863.0011/2001-57</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que houve ação fraudulenta por parte de ex-empregado demitido por justa causa em 03/04/2001, por abandono de emprego, tornando imperioso buscar o devido ressarcimento dos valores apropriados junto aos diversos órgãos da Justiça. A autoridade julgadora acatou o Relatório conclusivo da Comissão e propôs à autoridade competente, autorização para promover junto à Justiça, as ações cabíveis para o caso. A autoridade competente solicitou ao Consultor Jurídico o encaminhamento de ações que sejam cabíveis e deu conhecimento do ocorrido aos Conselheiros Diretor e Fiscal e, ainda, mediante Ofício DP-011373/2001, de 07/05/2001, encaminhou ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça para providências devidas para o caso.</p>

SUPGF	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-06/2001 - Vigência: 01/10/2001 a 13/11/2001; DS-07/2001 - Vigência: 14/11/2001 a 14/12/2001</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar fatos que levaram às ocorrências do INSS, que após realizar processo de fiscalização, detectou que levaram a Empresa ao pagamento de multas.</p> <p>Processo Número: 19863.0071/2001-70</p> <p>Conclusão: Em andamento.</p>
SUNAT	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-52/2000 - Vigência: 07/04 a 07/06/2000</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão para proceder à apuração de extravio de bem patrimonial Notebook, nº patrimônio 1355016, sob a responsabilidade da SUNAT.</p> <p>Processo Número: 19863.000023/00-75</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que ficou evidente, em todas as declarações, a coerência dos fatos relatados, não tendo sido constatado contradições que pudessem suscitar suspeita de envolvimento de qualquer dos depoentes, impossibilitando indicar interessados em obter a posse do Notebook de maneira ilegal. A autoridade julgadora acatou a conclusão da comissão e encaminhou o processo para a SUPGL que, por sua vez, solicitou a baixa do bem por determinação ao Diretor Carlos Luiz, o qual autorizou a baixa em 08/01/2001.</p>
SUPST	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-004/2000 - Vigência: 07/11 a 07/12/2000; DS-005/2000 - Vigência: 08/12 a 15/12/2000</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão para apurar os fatos relacionados às irregularidades nas configurações dos microcomputadores da Sede SERPRO, armazenadas no laboratório da Superintendência de Serviços Técnicos – SUPST, conforme relatório elaborado pela chefia de Divisão de Atendimento Técnico da Sede, STSAS/STDGN/SUPST.</p> <p>Processo Número: 12014.000141/00-15</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu pela impossibilidade de indicar autores da violação/extravio de componentes dos computadores, diante das declarações dos depoentes. Fez várias recomendações aos administradores com o objetivo de evitar ocorrências dessa natureza. A autoridade julgadora decidiu pelo encerramento do processo e reabertura de um novo processo, por julgar que alguns pontos não foram considerados no relatório final.</p>
SUPST	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-006/2000 - Vigência: 02/01/2001 a 15/02/2001; DE-001/2001 - Vigência: 16/02/2001 a 17/03/2001</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relacionados às irregularidades nas configurações dos microcomputadores da Sede – SERPRO, armazenados no laboratório da Superintendência de Serviços Técnicos – SPST, conforme relatório elaborado pela Chefia de Divisão de Atendimento Técnico a Sede, STSAS/STDGN/SUPST</p> <p>Processo Número: 19863.0003/2001-19</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão após exames dos fatos, ouvidos os depoimentos, verificados os documentos e por falta de provas robustas e inatacáveis, concluiu pela impossibilidade de indicar autores da violação/extravio de componentes dos computadores. Fez várias recomendações aos administradores com o objetivo de evitar ocorrências dessa natureza. A autoridade julgadora acatou as sugestões da Comissão e recomendou encaminhar cópia integral do processo à Polícia Federal</p>
ACBSA	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-01/2000 - Vigência: 26/06 a 06/10/2000; DS-024/2000 - Vigência: 07/10/2000 a 16/11/2000</p> <p>Objetivo: Apurar fatos citados no Boletim de Ocorrência 6566/2000, de um furto de um notebook, marca Itautec, patrimônio nº 1.231.258, nas dependências do Escritório SERPRO, situado à rua Comandante Costa nº 980, em Cuiabá – MT, conforme os termos de denúncia oferecida por Eumenes Modesto Rondon.</p> <p>Processo Número: 12014.000067/00-57</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que o extravio do bem foi ocasionado por roubo e que o responsável pelo setor tomou as medidas necessárias conforme preconiza a Norma Funcional. Tal fato foi devidamente relatado em processo administrativo como também foi registrado no Departamento de Polícia Federal, cujo processo encontra-se em andamento. O Chefe da Divisão da Administração dos Ativos e Estoques em seu parecer, solicitou a baixa do bem por determinação. Foi autorizado pelo SUPGL/DIRET. em 11/12/2000.</p>

GLBSA	<p>Nº Doc. Instituidor: DE-003/2001 - Vigência: 21/02/2001 a 21/03/2001; DE-004/2001 - Vigência: 22/03/2001 a 20/04/2001; DE-005/2001 - Vigência: 22/03/2001 a 20/04/2001; DE-008/2001 - Vigência: 21/04/2001 a 22/05/2001.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância, no âmbito da Regional Brasília, para apurar irregularidades ocorridas no almoxarifado, relacionados a desaparecimentos de cartuchos de impressora.</p> <p>Processo Número: 12014.0044/2001-59</p> <p>Conclusão: Encerrado. A comissão concluiu que 123 cartuchos de impressora marca HP 51645^A (Black) e 61 são da marca HP 51649^A (Tricolor), foram retirados do depósito de materiais estocados no Almoxarifado de forma ilícita, entre setembro/2000 e o dia 15/02/2001. Tendo em vista não ter sido possível identificar quem retirou os cartuchos, recomendou encaminhar o processo à Polícia Federal para a adoção das medidas policiais que o fato requer. Concluiu ainda que houve imperícia por parte do empregado Paulo de Souza Gomes, responsável pelo Almoxarifado. A autoridade julgadora acatou a conclusão da Comissão e mandou aplicar a penalidade de advertência ao citado empregado, bem como a sua movimentação para outra área e encaminhamento do processo à Polícia Federal.</p>
GLGES	<p>Nº Doc. Instituidor: DE-001/2001 - Vigência: 02/03/2001 a 3/4/2001.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar o desaparecimento do bem patrimonial nº 1.242.769, filmadora, que se encontrava sob a guarda da GLARE/GLBSA/SUPGL</p> <p>Processo Número: 19863.0004/2001-55</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão de Sindicância apurou que bem patrimonial nº 1.242.769 foi registrado no sistema de patrimônio com o nome de "Câmara Filmadora", quando a denominação correta seria "Câmara de Vídeo Quick", e que a correção no cadastro patrimonial já foi efetuada. O bem patrimonial em referência encontra-se na área REGEM/SUPRE, na Regional Brasília.</p>
GLBLM	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-12/2000 - Vigência: 24/11 a 21/12/2000; DS-15/2000 - Vigência: 22/12/2000 a 19/01/2001</p> <p>Objetivo: Apurar causas e responsabilidades sobre extravio de Bens Patrimoniais não localizados após a conclusão do Inventário Patrimonial Regional, realizado no período de 16/10 a 22/11/2000, conforme Relatório do ADPAT – Bens não Localizados</p> <p>Processo Número: 19864.000065/00-23</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão de Sindicância designada localizou todos os bens, não existindo, portanto, mais nenhuma pendência, razão pela qual a Gerente Regional julgou pelo encerramento do processo.</p>
GLBLM	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-07/2001 - Vigência: 09/07/2001 a 27/07/2001; DS-08/2001 - Vigência: 09/07/2001 a 03/08/2001; DS-09/2001 - Vigência: 028/07/2001 a 03/08/2001; DS-10/2001 - Vigência: 04/08/2001 a 17/08/2001; DS-11/2001 - Vigência: 12/09/2001 a 14/09/2001</p> <p>Objetivo: Apurar o desaparecimento de um (01) "notebook", de patrimônio 1354994, que estava sob a responsabilidade do órgão ACDRF/ACBLM/SUPAC, conforme os termos de denúncia oferecidos por Helenilda Socorro Souza Nascimento, no exercício da função de substituta do chefe do ACDRF, através do memorando SUPAC/ACBLM/ACDRF – 017533/2001.</p> <p>Processo Número: 19864.0036/2001-41</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que diante dos depoimentos colhidos, não foi possível identificar indícios da autoria do fato objeto da Sindicância, porém, várias ocorrências de irregularidades foram apuradas no que diz respeito a guarda, conservação e utilização do citado bem, fazendo com que a Comissão venha atribuir a responsabilidade ao gestor local de patrimônio e sua substituta. A autoridade julgadora acatou a conclusão da Comissão e determinou que fosse efetuado o ressarcimento do bem extraviado pelos responsabilizados. Os empregados solicitaram o parcelamento em cinco vezes o que foi acatado pela GLBLM. A primeira parcela foi depositada à conta do SERPRO em 06/11/2001. Segunda parcela ressarcida à Empresa em 05/12/2001.</p>

GLFLA	<p>Nº Doc. Instituidor: DE-005/2001 - Vigência: 12/03/2001 a 30/04/2001; DE-007/2001 - Vigência: 01/05/2001 a 30/05/2001.</p> <p>Objetivo: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a veracidade de imputação de irregularidades administrativas atribuídas ao funcionário Francisco Soares de Alencar – Técnico, lotado no Serviço de Programação e Logística da Delegacia da Receita Federal em Fortaleza – SEPOL/DRF/FLA, matrícula 0104360-9, conforme o Processo Disciplinar nº 10380.14428/00-21.</p> <p>Processo Número: 19865.0007/2001-79</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos na data prevista, concluindo pela decisão de demissão por justa causa e encaminhou à GLFLA para julgamento final. Esta enviou à COJUR para parecer, em razão da Decisão Liminar protelada pela Juíza Titular da 3ª Vara Federal do Ceará, relativamente ao vínculo empregatício do mesmo. A GLFLA acatou a sanção disciplinar de demissão por justa causa. O empregado recorreu da decisão ao SUPGL que ratificou o julgamento da Regional. A Rescisão de Contrato do empregado apresentou valor negativo de R\$525,56. Foi solicitado uma declaração do Sindicato, quando da homologação da Rescisão, pois o empregado se negou a assinar. Foi encaminhado em 16/08/2001 a documentação de rescisão e o processo ao SUPGP para as providências necessárias. A GLFLA encaminhou notes ao SUPGP em 23/10/2001 comunicando que após o fechamento do Acordo e revisão dos cálculos, ocorreu mudança referente ao RCT negativo, passando de R\$525,56 para R\$147,61. Em 12/11/2001, foi homologado a rescisão de contrato, sendo efetuado, pelo empregado, o ressarcimento ao SERPRO do valor devido.</p>
GLRCE	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-004/2000 - Vigência: 05/04 a 04/05/2000; DS-005/2000 - Vigência: 05/05 a 19/05/2000; DS-008/2000 - Vigência: 20/05 a 03/06/2000.</p> <p>Objetivo: Apurar causas e responsabilidades sobre o desaparecimento de Notebook – Patrimônio nº 126.9891, pertencente a RERCE e Notebook – Patrimônio nº 123.1109, pertencente à SUNAC – Regional Recife.</p> <p>Processo Número: 19866.000025/00-25</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encontrou um dos Notebook e encerrou os trabalhos sem evidências/indícios que pudessem levar à conclusão de responsabilidades, entendendo que tal processo deva ser encaminhado à Polícia Federal. A GRLCE acatou a conclusão da Comissão e encaminhou processo para a SUPGL/DIRET. A SUPGL entendeu que deve ser imputada a responsabilidade ao gestor patrimonial, devendo o mesmo efetuar o ressarcimento ao SERPRO do bem ou seu valor. O empregado apresentou recurso à sua Superintendência (SUPAC) através do memorando 016002/2001 de 21/06/2001. O SUPAC acatou a defesa do empregado e encaminhou o processo para a SUPGL. A SUPGL tendo em vista as razões exposta e considerando o acatamento de defesa pelo SUPAC, acatou tais razões e solicitou a baixa do bem patrimonial nº 123.1109 à autoridade competente. Foi autorizado a baixa do bem pelo Diretor e o mesmo determinou àquela Regional a adoção de medidas corretivas às falhas de segurança. A SUPGL devolveu o processo à Regional para que fosse providenciado o acionamento da Polícia Federal e a adoção de medidas determinada pelo Diretor. Processo encaminhado à AUDIG em 05/10/2001 e devolvido a Regional em 08/10/2001.</p>
GLRCE	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-012/2000 - Vigência: 05/10 a 03/11/2000; DS-015/2000 - Vigência: 04/11 a 03/12/2000; DS-018/2000 - Vigência: 04/12/2000 a 02/01/2001; DE-004/2001 - Vigência: 03/01/2001 a 01/06/2001; DE-009/12001 - Vigência: 22/03/2001 a 01/06/2001.</p> <p>Objetivo: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidade sobre irregularidade praticada por empregado do SERPRO na utilização de Sistemas da SRF-PE, imputada ao funcionário José Geraldo dos Santos Filho, matrícula 0816725-7, SOAP/DRF/RECIFE</p> <p>Processo Número: 19866.000070/00-80</p> <p>Conclusão: Em andamento. O empregado encontra-se em Licença Médica até o dia 28/02/2001 (Memo. Sindicância – 026979/2000, de 26/12/2000. Nova perícia marcada para o dia 06/08/2001, onde será definida a alta ou a prorrogação do afastamento. Apesar de encerrado o relatório final da Comissão, continua a parte da efetivação da demissão por justa causa. O empregado não compareceu para a homologação no SINDPD/PE e está marcada audiência da Ação de Consignação e Pagamento para o dia 28/09/2001, na 3ª Vara do Trabalho de Recife/PE. O ex-empregado entrou no TRT com pedido de reconvenção, sendo marcada audiência para o dia 26/10/2001 e o ex-empregado não compareceu. A Regional está aguardando a Sentença do Juiz. Sentença ainda não proferida.</p>

GLRCE	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-014/2000 - Vigência: 16/10 a 14/12/2000; DS-017/2000 - Vigência: 20/11/2000 a 14/01/2001; DE-003/2001 - Vigência: 15/01/2001 a 13/06/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar responsabilidade sobre irregularidade praticada por empregado do SERPRO na utilização dos Sistemas de Informatização da SRF-PE, onde procedeu alterações e inscrições indevidas no Cadastro de Pessoa Física da SRF, conforme Processo SRF 10480006655/00-27, imputadas à funcionária Inésia Maria de Lucena Andrade, Matrícula 0403634-4 – SOAP/DRF/Recife</p> <p>Processo Número: 19866.000073/00-78</p> <p>Conclusão: Em andamento. A empregada encontra-se em Licença Médica até o dia 14/02/2001. (Memo. Sindicância – 026982/2000, de 26/12/2000). Conforme Comunicação de Resultado de Exame Médico – CREM, o novo período de licença médica se estenderá até 14/08/2001, quando será realizada nova perícia. Apesar de encerrado o relatório final da comissão, está em fase de avaliação por parte da SUPGL, do recurso apresentado pela empregada em 28/08, quanto a penalidade de demissão por justa causa. Foi comunicado o desligamento por justa causa no dia 14/09/2001, com homologação marcada para o dia 21/09/2001 e a ex-empregada não compareceu. O processo encontra-se aguardando audiência de Ação de Consignação em Pagamento, marcada para o dia 21/11/2001. Na audiência inicial foi rejeitada a 1ª proposta de acordo, sendo deferido prazo de 10 dias para manifestações sobre toda a prova documental. Próxima audiência – dia 20/03/2002.</p>
GLRCE	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-019/2000 - Vigência: 11/12 a 28/12/2000; DS-023/2000 - Vigência: 29/12.2000 a 12/01/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar as causas e responsabilidades sobre o extravio do “Bens Patrimoniais não localizados” após a conclusão do Inventário Patrimonial realizado de 16/10/200 a 21/11/2000.</p> <p>Processo Número: 19866.000097/00-36</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão de Sindicância designada localizou 48 (quarenta e oito) bens dos 50 (cinquenta) bens considerado como não localizados. Os 02 (dois) bens restantes já fazem parte do Processo de Sindicância nº 19866.000025/00-25, razão pela qual a Gerente Regional julgou pelo encerramento do processo.</p>
GLRCE	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-024/2000 - Vigência: 21/12/2000 a 20/01/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar causas e responsabilidades sobre o desaparecimento do telefone celular Patrimônio nº 126.9961, pertencente a ACDRF/SUNAC-SERPRO Regional Recife, furtado de dentro do veículo estacionado de propriedade do Sr. Cleber Alves Teixeira.</p> <p>Processo Número: 19866.000086/00-10</p> <p>Conclusão: Em andamento. O processo foi encaminhado à SUPGL para autorização de baixa do patrimônio. O processo foi devolvido pela GLATE/GLGES para que fosse inserido o documento autorizador para utilização do celular pelo empregado. Foi encaminhado no dia 14/11/2001 para GLATE/GLGES/SUPGL para autorização de baixa do patrimônio. Aguardando encaminhamento para AUDIG.</p>
GLRCE	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-002/2001 - Vigência: 15/02/2001 a 17/03/2001; DE-008/2001 - Vigência: 18/03/2001 a 16/04/2001.</p> <p>Objetivo: Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade sobre irregularidade praticada por empregado do SERPRO na utilização de Sistemas da SRF-PE, par proceder as alterações e inscrições indevidas no cadastro de Pessoa Física, conforme Processo da SRF 10435.001173/00-44, imputadas a funcionária Miriam Elizabete de Araújo</p> <p>Processo Número: 19866.0010/2001-82</p> <p>Conclusão: Encerrado. A comissão concluiu que a empregada envolvida infringiu o disposto no capítulo II, título 2, item 2, letras “a”, “g” e “h”, e item 4, letras “a” e “f”, e o artigo 482, letras “a”, “b”, “c” e “e” da CLT e ainda, a cláusula 10ª do Contrato de Trabalho. A autoridade julgadora acatou a conclusão da Comissão, imputando à empregada, a aplicação da penalidade de demissão por justa causa, o que foi feito em 04/05/2001.</p>
GLRCE	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-015/2001 - Vigência: 10/10/2001 a 10/12/2001; DS-016/2001 - Vigência: 23/10/2001 a 10/12/2001</p> <p>Objetivo: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade sobre irregularidade praticada por empregado do SERPRO em atos de improbidade administrativa, conforme Ofício Escor04º 42/2001, Processo nº 10480004786/2001-21, da Delegacia da Receita Federal em Natal/RN, imputadas à funcionária Eliene Viana de Souza, matrícula 040.3671-9 – SOAP/DRF/Natal.</p> <p>Processo Número: 19866.0072/2001-94</p> <p>Conclusão: Encerrado. Foi emitido o termo de conclusão do processo. A acusada foi citada em 23/11/01, onde terá o prazo de 10 dias úteis para a apresentação da defesa. O Coordenador da Comissão solicitou prorrogação do prazo para conclusão do processo e entrega do relatório final para o dia 20/1/22001. O processo foi concluído pela comissão no prazo previsto (20/12/2001) e encaminhado para a Gerência de Gestão Logística para o devido julgamento. Após o julgamento, o processo administrativo disciplinar foi encaminhado para o setor de Gestão das Pessoas para as devidas providências</p>

GLBHE	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-008/2001 - Vigência: 18/05/2001 a 15/06/2001; DS-009/2001 - Vigência: 16/06/2001 a 25/06/2001.</p> <p>Objetivo: Comissão de Processo Administrativo Disciplinar referente ao fato apurado pela Corregedoria Geral da Secretaria da Receita Federal – 6ª RF e comunicada através do Ofício ESCOR/nº 06/2001, em que figura a empregada Telma Miranda da Silva Almondes – Auxiliar, matrícula 0604163-9, pertencente ao quadro SOAP, prestando serviço no cliente, lotada na Delegacia da Receita Federal em Governador Valadares/MG.</p> <p>Processo Número: 19868.0026/2001-75</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que o acesso aos dados do sistema para obter endereço e telefone do Secretário da Receita para enviar-lhe correspondência solicitando sua intervenção em causa de empregados do quadro SOAP, a empregada, infringiu as regras de trabalho daquele órgão onde se encontra lotada (artigo 17 da portaria SRF nº 782/97), mesmo que a mesma declare não Ter havido orientação específica, e ainda ao disposto no RARH – Título 2, alínea “a” e item 4, alínea “f” – Deveres, Obrigações e Direitos do Empregado. A autoridade julgadora acatou a conclusão da Comissão e mandou que a chefia imediata aplicasse a penalidade de advertência, em conformidade com a NF 1000.00.01 e NF 4310.00.11.</p>
GLBHE	<p>Nº Doc. Instituidor: DE-010/2001 - Vigência: 10/07/2001 a 08/08/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar as responsabilidades pelo não pagamento do Imposto sobre Veículos Automotivos – IPVA do automóvel Parati, chassi 9BWZZZ30ZSP100479, Placa GTW-5541 de propriedade do SERPRO e em utilização pela ACBHE/SUPAC.</p> <p>Processo Número: 19868.0052/2001-01</p> <p>Conclusão: Encerrado. A comissão encerrou os trabalhos constatando que não houve má fé/negligência por parte das área envolvidas. A autoridade julgadora acatou a conclusão da comissão e deu por encerrado o processo.</p>
GLRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS- 012/1999 - Vigência: 12/05 a 12/07/99; DS-045/1999 - Vigência: 26/11/1999 a 12/02/2000; DS-004/2000 - Vigência: 13/02/2000 a 11/05/2000; DS-008/2000 - Vigência: 12/05/2000 a 10/07/2000; DS-015/2000 - Vigência: 11/07/2000 a 25/11/2000.</p> <p>Objetivo: Apurar, de forma sigilosa, os fatos relatados no memorando no COJUR/ DIRET –163/1999, de 12/03/99, e seus anexos, que fazem parte integrante do processo n.º 12023.0034/99-83, de 11/05/99. Assunto: Deserção na propositura do recurso ordinário do processo de execução RT-1951/91 1ª JCJ/Vitória (SINDPD/ES X SERPRO).</p> <p>Processo Número: 12023.000034/99-83</p> <p>Conclusão: Encerrado. Os trabalhos da Comissão de Sindicância foram encerrados e o processo foi encaminhado à COJUR para análise dos resultados. A COJUR concluiu pelo encerramento do processo apontando várias razões e dentre elas a de que reabriu a possibilidade de apreciação, com sucesso, da Ação Rescisória que possibilitará a absolvição do SERPRO na referida ação de cumprimento.</p>
ATRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS- 001/99 - Vigência: 29/07 a 11/11/99.</p> <p>Objetivo: Apurar os fatos e responsabilidades que levaram o ex-empregado Murilo Silveira a não usufruir os dias de férias, na época devida, conforme determinação do memorando GPDES/ SUPGP- 432/1999, de 16/07/99.</p> <p>Processo Número: 12023.000080/99-09</p> <p>Conclusão: Encerrado. Trabalhos da Comissão encerrados e o Processo enviado à COJUR em 24/01/2001. A COJUR devolveu o processo, solicitando que fosse feito cobrança amigável junto ao ex-empregado. Não houve acordo e processo foi encaminhado à Consultoria Jurídica para providências de formalização de cobrança judicial.</p>
ACRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS- 002/2000 - Vigência: 16/10 a 16/11/2000. Vigência: 17/11/2000 a 17/01/2001. 18/01/2001 a 18/03/2001</p> <p>Objetivo: Apurar de forma sigilosa, o desaparecimento de um Micro Notebook, patrimônio nº 1320542, conforme memorando ACRJO/SUNAC-012704/2000.</p> <p>Processo Número: 12023.000100/00-11</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos concluindo que não houve o devido zelo na guarda do equipamento, indicando o empregado José Carlos Paixão Serrano como responsável. O Gerente Regional do Departamento de Atendimento a Clientes no RJ acatou o parecer da Comissão e deu prazo para ressarcimento do bem ao SERPRO. O empregado entrou com recurso o qual foi acatado e enviado o processo para SUPGL para autorização da Diretoria para baixa do bem patrimonial. A baixa do bem foi autorizada e o processo foi encaminhado à Polícia Federal para instauração de inquérito policial. Processo encaminhado à AUDIG em 05/10/2001 e devolvido à GLRJO em 08/10/2001.</p>

GLRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-20/2000 - Vigência: 18/08 a 30/09/2000.</p> <p>Objetivo: Apurar de forma sigilosa os fatos relativos à suspensão de benefício de acidente de trabalho, pelo INSS, do empregado José Carlos de Faria, matrícula 0706641-4, ocorrida em 01/07/1995.</p> <p>Processo Número: 12023.000066/00-85</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos concluindo que houve falhas nos procedimentos da Empresa, do empregado e do INSS, e entende que a solução do problema deverá ser acionamento judicial, pelo empregado, junto ao INSS, tendo em vista o pronunciamento do INSS confirmando que o benefício ao empregado cessou em 01/07/1995. O GLRJO acatou a conclusão da Comissão e solicitou parecer da SUPGP. A SUPGP indicou a adoção de vários procedimentos para a regularização da situação do empregado junto a Empresa, solicitando proceder a apuração dos valores pagos indevidamente ao empregado e providenciar o devido ressarcimento a SERPRO e, ainda, providenciar a devolução dos valores recolhidos a título de FGTS. Processo encaminhado à AUDIG em 04/10/2001 e devolvido em 08/10/2001.</p>
GLRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-021/2000 - Vigência: 06/09 a 05/10/2000; DS-023/2000 - Vigência: 06/10 a 05/12/2000.</p> <p>Objetivo: Processo Administrativo Disciplinar - Analisar os fatos apontados no Memo. GLGEP/GLRJO/SUPGL - 013465/2000, de 04/08/2000 e indicar as irregularidades funcionais imputadas ao empregado ISOMAR MACIEL DAMACENA, matrícula 0704991-9.</p> <p>Processo Número: 12023.000076/00-39</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão concluiu que houve irregularidades tanto por parte do empregado quanto da Empresa. O Gerente Regional determinou que se procedesse a regularização do pagamento de férias pago indevidamente por falha do sistema SISCOP e aplicação de penalidade ao empregado.</p>
GLRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-026/2000 - Vigência: 08/12 a 21/12/2000.</p> <p>Objetivo: Proceder diligências para apurar os Bens Patrimoniais não localizados no inventário de 2000 e caso não tenha sucesso nesta fase, apurar responsabilidade pelo desaparecimento dos mesmos de acordo com as Normas Funcionais 6220.00.03 e 1000.00.01.</p> <p>Processo Número: 12023.000120/00-29</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão de Sindicância designada localizou 323 (trezentos e vinte e três) bens dos 324 (trezentos e vinte e quatro) bens considerado como não localizados. O bem de nº patrimonial 1320542 - Microcomputador 486 DX2, da UORG 10738, foi objeto de Comissão de Sindicância instaurada pela ACRJO, DS-001/1999, Processo nº 12023.000074/99-06, o qual foi ressarcido à Empresa o valor do bem, conforme o citado processo encerrado, fl. Nº 394.</p>
GLRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-003/2001 - Vigência: 22/01/2001 a 22/02/2001; DS-004/2001 - Vigência: 23/02/2001 a 19/03/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar de forma sigilosa, os fatos relativos a adulteração no contracheque da empregada Cláudia Maria de Lemos, matrícula 2100187-1.</p> <p>Processo Número: 12023.0009/2001-21</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos e certificou-se da adulteração no contracheque de Cláudia Maria de Lemos, reunindo evidências irrefutáveis que o ato tratou de uma falsificação sem, no entanto conseguir provas cabais sobre a autoria. A empregada Cláudia Maria de Lemos, suspeita da adulteração do contracheque, evitou e esquivou-se das Notificações da Comissão e entrou em licença médica em 31/01/2001. A Comissão sugeriu o envio do processo à Polícia Federal, o que foi feito conforme Ofício GLRJO/SUPGL-009366/2001, de 16/04/2001.</p>
GLRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-005/2001 - Vigência: 08/03/2001 a 08/04/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar de forma sigilosa o desaparecimento do notebook de nº patrimonial 1231406, ocorrido em 21/02/2001, na sala 909 do prédio da Lapa.</p> <p>Processo Número: 12023.0024/2001-79</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos concluindo que, dos fatos relativos à possível autoria, constatou-se pela observação do filme da área de segurança da Empresa e depoimentos, tratar-se de pessoa estranha a todos, que se identificou na portaria como Alexandre Vieira, funcionário da ENTEL, com bolsa à tiracolo, que dirigiu-se ao 9º andar, no horário da ausência dos participantes da reunião na sala 909. A autoridade julgadora acatou a conclusão da Comissão e solicitou a baixa do bem junto à Diretoria, a qual autorizou a citada baixa. O GLRJO encaminhou o processo para a Polícia Federal, solicitando determinar as providências julgadas cabíveis por aquela Instituição. Processo encaminhado à AUDIG em 05/10/2001 e devolvido à GRLJO em 08/10/2001.</p>

GLFJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-006/2001 - Vigência: 28/03/2001 a 06/04/2001.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Sindicância para apurar quebra de sigilo em declarações de bens e renda, mantidas sob a guarda da Regional Rio de Janeiro.</p> <p>Processo Número: 12023.0028/2001-57</p> <p>Conclusão: Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos concluindo pela impossibilidade de imputar responsabilidades. A autoridade julgadora acatou o relatório final da Comissão encaminhando-o para conhecimento da SUPGL/DIRET e Diretoria.</p>
GLRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-015/2001 - Vigência: 21/09/2001 a 31/10/2001; DS-018/2001 - Vigência: 01/11/2001 a 31/11/2001, DS-020/2001 - Vigência: 01/12/2001 a 31/01/2002.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar fatos relatados no Ofício SRRF/7ª RF/GAB nº 4594, o qual colocou à disposição da Empresa a empregada Maria Olinda de Albuquerque Mello, matrícula 0705103-4, lotada no SOAP/DRF/Niterói.</p> <p>Processo Número: 12023.0091/2001-93</p> <p>Conclusão: Em andamento</p>
GLRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-016/2001 - Vigência: 21/09/2001 a 31/10/2001; DS-019/2001 - Vigência: 01/11/2001 a 31/11/2001, DS-021/2001 - Vigência: 01/12/2001 a 31/01/2002</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar fatos relatados no Ofício SRRF/7ª RF/GAB nº 4627, o qual colocou à disposição da Empresa o empregado Zilmo Gomes da Silva, matrícula 0004887-9, lotado no SOAP/DRF/Vitória</p> <p>Processo Número: 12023.0092/2001-38</p> <p>Conclusão: Em andamento.</p>
STRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-ST 001/01 - Vigência: 17/09/2001 a 16/10/2001; DS-002/2001 - Vigência: 17/10/2001 a 15/12/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar de forma sigilosa, responsabilidade sobre a não localização de 50 bens patrimoniais relativos ao Termo de Conferência do 1º semestre/2001, conforme Memo. GLRJO/SUPGL 023204/2001-09, de 30/08/2001.</p> <p>Processo Número: 12023.0087/2001-25</p> <p>Conclusão: Em andamento.</p>
ACRJO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-001/2001 - Vigência: 29/10/2001 a 29/12/2001.</p> <p>Objetivo: Apurar de forma sigilosa o desaparecimento de um notebook, patrimônio nº 1.231.129.</p> <p>Processo Número: 12023.001/2001-91</p> <p>Conclusão: Em andamento.</p>
GLSPO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-008/2001 - Vigência: 23/07/2001 a 05/09/2001; DS-011/2001 - Vigência: 06/09/2001 a 02/11/2001, DS-014/2001 - Vigência: 03/11/2001 a 01/01/2002.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar fatos lastreados no Ofício nº 1992/2001 – DELEPREV/SR/DPF/SP, de 20/07/2001, onde informa o indiciamento em inquérito policial, a empregada Sandra do Rosário Camilo de Oliveira, matrícula 0814287-4 (STAC/DAMF-SP), na concessão de benefícios de pensionistas da Delegacia.</p> <p>Processo Número: 12032.0058/2001-54</p> <p>Conclusão: Em andamento. A empregada Sandra do Rosário Camilo de Oliveira encontra-se presa na Polícia Federal e já foi tomado o seu depoimento antes de sua prisão. Será efetivado a inquirição de funcionários do Ministério da Fazenda e solicitação de cópias de documentos referentes a solicitação de senha da empregada e outras diligências. O processo encontra-se suspenso, aguardando que a empregada seja solta para que se efetive a sua defesa e seu advogado já foi notificado. O Ministério Público Federal requisitou, através do Ofício nº 11.100/2001 – MPF/PR/SP/SPTC/2º Ofício (Ref. Representação nº 1.34.001.002872/2001-58), cópia do Processo Administrativo Disciplinar. Aguardando decisão da Justiça para dar continuidade e conclusão do processo.</p>

GLSPO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-010/2001 - Vigência: 24/08/2001 a 22/10/2001; DS-013/2001 - 23/10/2001 a 21/12/2001.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar fatos lastreados no Ofício nº 267/01 MF-Secretaria Executiva, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, Gerência de Administração no Estado de São Paulo, o qual convocou a empregada do SERPRO Maria Aparecida dos Santos Martins Prado, matrícula 0815487-2 (SOAP/DRF-SP) para comparecimento na Delegacia de Prevenção e Repreensão e Crimes Previdenciários (OF NR 2398/2001-DELEPREVE/SR/DPF/SP e OF. NR 2397/2001 DELEPREVE/SR/DPF/SP).</p> <p>Processo Número: 12032.0079/2001-70</p> <p>Conclusão: Encerrado. O processo encontra-se na fase de defesa da funcionária, frente aos fatos apurados. O prazo de defesa finda em 02/10/2001. A Comissão concluiu que a mesma seria desligada por Justa Causa, no entanto, como a Receita Federal não a colocou à disposição, indicamos consulta à CJ para que a mesma dê parecer jurídico da legalidade do desligamento. A consulta foi feita através da GLGEP em 11/10/2001, conforme SISCOR 027750/2001-09 e aguarda-se resposta para conclusão do processo. Situação agravada pelo fato da empregada estar foragida, conforme informações fornecidas pela Polícia Federal e que o pagamento da empregada encontra-se suspenso até segunda ordem. Fundamentado pelo Parecer COJUR/DP nº 2001/1466, foi aplicado a pena prevista na CLT, art. 482 (justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador por ato de improbidade). O tramite do procedimento da justa causa está sendo efetivado no GLGEP e tem previsão para o desligamento em 03/12/2001.</p> <p>Aplicação da sanção prevista na CLT em seu art. 482 (justa causa para rescisão do contrato pelo empregador, por ato de improbidade), fundamentado também pelo Parecer COJUR/DP n.º 2001/1466, págs. 88 e 89 (do processo).</p>
GLSPO	<p>Nº Doc. Instituidor: DS-DE-022/2001 - Vigência: 14/12/2001 a 11/02/2002.</p> <p>Objetivo: Instituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar fatos lastreados no Processo Administrativo Disciplinar nº 10880.028576/97-79, Ofício COGER/Gab nº 061, o qual indica o envolvimento do empregado Almir Gonzales, matrícula 0813155-4, lotado na ACDOT/ACSP0, na utilização indevida de Sistemas da Secretaria da Receita Federal</p> <p>Processo Número: 12032.0127/2001-20</p> <p>Conclusão: Em andamento. Encontra-se em fase de análise dos autos da Receita Federal.</p>

• **ATENDIMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (T.C.U.).**

a) OFÍCIO DP: 000295/2001, de 03/01/2001.

O Diretor-Presidente em atendimento ao ofício 2468/SGS/TCU, de 11/12/2000, informa que determinou aos titulares de todas as unidades de gestão o cumprimento das orientações contidas no mesmo, indicadas no item 8.4 da Decisão 1041/2000 adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 06/12/2000, relativo ao processo TC nº 009.569/99-5.

b) OFÍCIO 2ª SECEX/TCU nº 055/2001, de 13/02/2001.

Recebeu do Tribunal de Contas da União – TCU, 2ª SECEX, Ofício de Comunicação nº 055/2001 de 13/02/2001, solicitando ao Diretor-Presidente providências no sentido de encaminhar os Ofícios de Audiência nº 056/057/058/059/061/2001 e Ofícios de Citação nº 048/049/050/051/053/2001, aos membros da diretoria, para fins de cumprimento da Decisão nº 1041/2000-TCU-Plenário, Sessão de 06/12/2000, Processo TCU-009.569/1999-5 – Auditoria sobre as contratações de bens e serviços de informática, realizada nesta Empresa Pública, em cumprimento à Decisão TCU, Plenário nº 441/98, Portaria nº 06 – 8ª SECEX, de 09/06/1999. Conforme Ofício GABDP – 005079/2001, de 23/02/2001, foi encaminhado ao TCU, 2ª SECEX, cópia dos citados expedientes com o “Ciente” de todos os membros da Diretoria.



c) OFÍCIO DIRET: 005473/2001, de 02/03/2001

O Diretor-Presidente solicita ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União prorrogação do prazo para apresentar razões e justificativas, por mais 15 dias, após o dia 07/03/2001, data prevista inicialmente, para cumprimento da decisão nº 1041/2001 – Plenário pelos motivos apresentados no citado ofício.

d) OFÍCIO DP: 008056/2001, de 30/03/2001.

O Diretor-Presidente encaminhou ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – T.C.U. 2ª SECEX, as Razões de Justificativas, em cumprimento aos Ofícios de Audiência nº 056, 057, 058, 059, 061 e 136/2001 e de Citação nº 048,049.050,051, 053 e 135/2001, emitidos pela 2ª SECEX/TCU, correspondentes ao Processo TC-009.569/1999-5 – Auditoria sobre as contratações de bens e serviços de informática, realizada nesta Empresa Pública, no período de 14/06 a 20/07/1999.

e) OFÍCIO 2ª SECEX/TCU nº223/2001, de 25/04/2001.

Recebeu do Tribunal de Contas da União – TCU, 2ª SECEX, Ofício de Comunicação/Diligência nº 223, de 25/04/2001, solicitando ao Diretor-Presidente providências no sentido de encaminhar os Ofícios de Citação nº 225/226/228/229/230/232/2001, de 25/04/2001, aos membros da Diretoria, para fins de cumprimento da Decisão nº 194/2001 – TCU - Plenário, Sessão de 11/04/2001, Processo TCU nº 009.210/1999-7 – originário de Representação contra o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, formulada pela Editora Goeth Ltda, em razão da aquisição de resmas de papel branco a preços superiores aos praticados no mercado e efetuada por dispensa de licitação.

Conforme Ofício GABDP – 011830/2001, de 10/05/2001, foi encaminhado ao TCU, 2ª SECEX, cópia dos citados expedientes com o “ciente” de todos os membros da Diretoria e ainda conforme Ofícios GABDP – 011354 e 011792/2001, de 10/05/2001, informando àquela Egrégia Corte, que os Senhores Sérgio de Otero e Nabuco Barcelos foram desligados da Empresa.

f) RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS

O Diretor-Presidente encaminhou ao Ministro Presidente do Egrégio Tribunal de Contas da União, em 23/05/2001, as Razões de Justificativas em atendimento ao Ofício 2ª SECEX/TCU nº 223/230 e 232/2001, de 25/04/2001, referente ao processo TC – 009.210/1999-07, Decisão nº 194/2001 – TCU-Plenário 11/04/2001.

g) OFÍCIO 2ª SECEX/TCU nº 264/2001 de 09/05/2001-12-20

Recebeu do Tribunal de Contas da União 2ª SECEX, o Ofício em referência solicitando ao Diretor-Presidente esclarecimentos/documentos essenciais ao saneamento do processo de Prestação de Contas do SERPRO nº TC 010.427/2000-0 relativo ao exercício de 1999. Em 21/05/2001 foi devolvido ao TCU o Ofício em referência com “ciente” do Diretor-Presidente.

h) OFÍCIO 2ª SECEX/TCU nº 273/2001, de 17/05/2001

Recebeu do Tribunal de Contas da União 2ª SECEX o Ofício de comunicação de diligência em referência, solicitando ao Diretor-Presidente a informação sobre o resultado da Concorrência nº 12.002/97-SERPRO/Regional Brasília, assim como sobre os controles

adotados para verificação da compatibilidade entre os preços ofertados na licitação e os praticados no mercado – Processo TC nº 008.005/1999-0, relativo ao exercício de 1998. Em 24/05/2001 foi devolvido ao TCU o Ofício em referência com o “ciente” do Diretor-Presidente.

i) OFÍCIO-CIRCULAR 2ª SECEX/TCU nº 001/2001, de 25/05/2001.

Recebeu do Tribunal de Contas da União – 2ª SECEX, o Ofício Circular de Comunicação/Diligência nº 001/2001, de 25/05/2001, solicitando ao Diretor-Presidente as informações a respeito de todos os contratos firmados, desde janeiro de 1995, que tenham como objeto a prestação de serviços de informática e/ou aquisição de equipamentos de informática, e cuja empresa tenha sido selecionada por dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, com o objetivo de atender a Decisão nº1006/2000 – Plenário de 29/11/2000.

Em 05/06/2001 foi devolvido ao TCU o Ofício em referência, com o “ciente” do Diretor-Presidente e foi enviada a presente solicitação via correio eletrônico em 10.07.2001.

j) OFÍCIO DP: 014328/2001, de 05/06/2001.

Encaminhou ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – T.C.U., 2ª SECEX, os esclarecimentos/documentos solicitados mediante Ofício de Comunicação/Diligência nº 264/2001, de 09/05/2001, essenciais ao saneamento do processo de Prestação de Contas do SERPRO nº TC-010.427/2000-0, relativo ao exercício de 1999.

k) OFÍCIO DP: 014601/2001, de 07/06/2001.

Encaminhou ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de contas da União – T.C.U., 2ª SECEX, as informações solicitadas mediante Ofício de Comunicação/Diligência nº 273/2001, de 17/05/2001, sobre o resultado da Concorrência nº 12.0021/97-SERPRO/Regional Brasília, assim como sobre os controles adotados para verificação da compatibilidade entre os preços ofertados na licitação e os praticados no mercado – Processo TC-008.005/1999-0, relativo ao exercício de 1998.

l) OFÍCIO DP: 022036/2001, de 21/08/2001.

Em complementação ao Ofício SERPRO/DP: 014328/2001, de 05/06/2001, encaminhou ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, cópia do Ofício nº 1402/GAB/SPC, de 20/06/2001, que expressa a manifestação da SPC/MPAS sobre as Demonstrações Contábeis do SERPROS Fundo Multipatrocinado, exercícios de 1999 e 2000, concluindo assim, as informações solicitadas no Ofício TCU, 2ª SECEX, Comunicação/Diligência nº 264/2001, referente ao Processo TC nº 010.427/2001.

m) AVISO nº 1204 do GP/TCU, de 24/09/2001

O Presidente do Tribunal de Contas da União solicita ao Diretor-Presidente do SERPRO, por meio do aviso em referência, a indicação de um técnico a fim de subsidiar o Levantamento de Auditoria na Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV a ser realizado pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro – RJ, no período de 24/09 a 21/11/2001, em cumprimento a Decisão nº 448/2001 – TCU – Plenário

Mediante Ofício nº DP - 026451/2001 o Diretor-Presidente encaminhou ao Presidente do Tribunal de Contas da União, em atenção ao aviso nº 1204/2001, no qual Vossa

Excelência solicita seja designado um técnico desta Empresa Pública para subsidiar levantamento de auditoria na Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV, indicando o Analista de Sistemas Jáder da Silva Neto, matrícula 0703716-3, lotado na Regional Rio de Janeiro

n) OFÍCIO nº 015/2001 – ADFIS, de 10/10/2001

Recebeu do Tribunal de Contas (ADFIS) - o Ofício nº 015/2001 de 10/10/2001, apresentando ao Diretor-Presidente os Analistas de Finanças e Controle Externo, Ricardo Eustáquio de Souza, matrícula TCU nº 3459-2 e Roberta Ribeiro de Queiroz Martins, matrícula TCU nº 3188-7, lotados na Secretaria Adjunta de Fiscalização, Marco Aurélio Pereira de Souza, matrícula TCU nº 3132-1 e Sebastião Arantes Júnior, matrícula TCU nº 4203-0, lotados na Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP, Ângelo Henrique da Silva, matrícula TCU nº 4544-6, lotado na 2ª Secretaria de Controle Externo - SECEX-2 e Maurício Ramos e Silva, matrícula TCU nº 3174-7, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação - SETEC, designados pela Portaria de Fiscalização nº 190/2001 - ADFIS, de 24/09/2001, para realizarem Auditoria nessa Entidade, com o objetivo de verificar a confiabilidade do SIAPE. A Auditoria é decorrente da liberação 19077/1996-3 RL - 20-22/1999-1 Primeira Câmara.

Recebeu, também, o Ofício nº 170/2001/002, de 11/10/2001, do Coordenador da Equipe solicitando a disponibilização das informações necessárias ao cumprimento do programa de trabalho.

o) OFÍCIO nº 668/2001 - 2ª SECEX, de 31/10/2001

Recebeu do Tribunal de Contas (2ª SECEX) - o Ofício nº 668/2001 de 31/10/2001, apresentando ao Diretor-Presidente os Analistas de Finanças e Controle Externo, Alexandre Magno Nicoli Miranda, matrícula TCU nº 3450-9 e José Cláudio Santos Lira, matrícula TCU nº 4551-9, designados pela Portaria de Fiscalização nº 362, de 30/10/2001, para, sob a coordenação do primeiro, realizarem auditoria nessa Entidade.

• ATENDIMENTO À SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (SFC/MF).

a) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, 06/04/2001 – Capítulo V- seção 1 – item 5 – inciso I.

Em Atendimento a norma epigrafada, o SERPRO procedeu o envio à Secretaria Federal de controle Interno do Ministério da Fazenda – SFCI/MF dos resumos das ocorrências, recomendações e providências tomadas pelos órgãos auditados durante o período de janeiro a dezembro de 2001, comunicando àquela Secretaria sobre as respectivas quantidades de homens/dias utilizados nos trabalhos de campo e elaboração dos respectivos relatórios:

PERÍODO	EXPEDIENTES	HOMENS/DIAS
Janeiro a Março / 2001	Of. AUDIG/CD-008645/2001, de 05/04/2001	604
Abril a Junho / 2001	Of. AUDIG/CD-017346/2001, de 05/06/2001	259
Julho a Setembro / 2001	Of. AUDIG/CD-027766/2001, de 11/10/2001	525
Outubro a Dezembro/2001	Of. AUDIG/CD-000233/2002, de 03/01/2002	842
TOTAL		2.230

b) OFÍCIO: AUDIG/CD – 000328/2001, de 04/01/2001

Enviou ao Diretor de Auditoria de Programas da Área Econômica da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/MF, o resumo das ocorrências e recomendações e providências adotadas referente ao 4º trimestre de 2000 em cumprimento ao Inciso VIII, item 5, Capítulo V (Operacionalidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal) – IN/SFC nº 1, de 06/04/2001.

c) OFÍCIO CIRCULAR: COAUD/CISET/MF/Nº 0412/1076, de 12/08/1996

Enviou ao Diretor de Auditoria de Programas da Área Econômica da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/MF, conforme quadro a seguir, cópia dos expedientes que esta Empresa Pública enviou ao Tribunal de Contas da União – T.C.U., como resposta aos expedientes de diligências ou recomendações recebidas daquela Egrégia Corte.

- OFÍCIO: AUDIG/CD – 003679/2001, de 08/02/2001
- OFÍCIO: AUDIG/CD – 007095/2001, de 21/03/2001
- OFÍCIO: AUDIG/CD – 009753/2001, de 17/04/2001
- OFÍCIO: AUDIG/CD – 013978/2001, de 31/05/2001
- OFÍCIO: AUDIG/CD – 017394/2001, de 05/07/2001
- OFÍCIO: AUDIG/CD – 022292/2001, de 22/08/2001
- OFÍCIO: AUDIG/CD – 031578/2001, de 14/11/2001

d) INSTRUÇÃO NORMATIVA DTN/Nº 16, de 20/12/1991 – Capítulo 04.00.00 (Controles Internos) – item 14.

Mediante expediente AUDIG/CD – 003687/2001, de 08/02/2001, a Auditoria Geral procedeu o encaminhamento ao Diretor de Auditoria de Programas da Área Econômica da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/MF, do RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAAAI, correspondente ao exercício fiscal encerrado em 31/12/2000, em cumprimento aos termos da norma em referência.

e) OFÍCIO Nº 1.694/DSPAS/SFC/MF, de 14/03/2001

Recebeu do Coordenador Geral de Auditoria dos Programas Fazendários da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/MF, mediante expediente em referência, a solicitação de informações sobre os equipamentos de grande porte utilizados nesta Empresa Pública. Solicitação atendida mediante Memorando AUDIG/CD – 001, de 21/03/2001.

f) OFÍCIO Nº 1.946/DSPAS/SFC/MF, de 21/03/2001

Recebeu do Coordenador Geral de Auditoria dos Programas da Área da Previdência da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/MF, mediante expediente em referência, a solicitação de informações sobre a capacidade de armazenamento de disco dos computadores de grande porte desta Empresa Pública. Solicitação atendida mediante Memorando TDCTR/SUPTD – 007945/2001, de 29/03/2001.

g) INSTRUÇÃO NORMATIVA/SFC/MFNº 02/00, de 20/12/2000 e IN/TCU/Nº 12/96, de 24/04/1996.

Recebeu da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda, o Parecer do Dirigente de Controle Interno e Certificado de Auditoria, consubstanciadas no Relatório de Auditoria de Avaliação nº 072.429, referente a Prestação de Contas Anual do

SERPRO - atos de gestão praticados no período de 01/01 a 31/12/2000, Processo nº 15492.000940/2001-71.

h) OFÍCIO DP: 016256/2001, de 26/06/2001

Mediante expediente em referência, o Diretor-Presidente apresentou considerações e esclarecimentos quanto às ressalvas apontadas no Relatório de Auditoria de Avaliação nº 07249, da SFCI/MF - Prestação de Contas Anual do SERPRO, exercício de 2000.

i) OFÍCIO DP: 022547/2001, de 24/08/2001

Mediante expediente em referência, o Diretor-Presidente apresentou informações e esclarecimentos adicionais necessárias ao perfeito entendimento dos atos e ações realizadas pela administração desta Empresa Pública referente às ressalvas apontadas no Certificado de Auditoria - Prestação de Contas Anual referente a avaliação da gestão do SERPRO do exercício de 2000.

j) OFÍCIO: DP – 026064/2001, de 26/09/2001

Por meio do expediente em referência, o Diretor-Presidente apresenta as providências adotadas que alteram a manifestação anterior, contidas no Ofício: DP – 022547/2001, de 24/08/2001, referente às ressalvas apontadas no Certificado de Auditoria – Prestação de Contas Anual do SERPRO, exercício de 2000.

k) OFÍCIO Nº 5573/DSTAM/SFC/MF, de 24/07/2001

Por meio do expediente em referência, o Secretario Federal de Controle Interno solicita que seja disponibilizado o servidor Jader da Silva Neto para integrar a equipe de Auditoria Integrada do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS referente ao exame e homologação do aplicativo a ser utilizado pela Caixa Econômica Federal na validação das informações cadastrais e financeiras prestadas, pelos bancos depositários das contas vinculadas.

Mediante Ofício DP – 020143/2001, de 02/08/2001 o Diretor-Presidente autorizou o servidor solicitado.

l) OFÍCIO Nº 6.699/DSTEM/SFC/MF, de 05/09/2001.

Mediante expediente em referência, o Secretario Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda, informa, da conclusão da Auditoria Integrada do FGTS, agradecendo ao Diretor-Presidente do SERPRO, a participação do servidor na citada auditoria.

m) SOLICITAÇÃO DE AÇÃO CORRETIVA Nº 01/2001.

Mediante expediente em referência, o Coordenador de Equipe de Auditoria, da Diretoria de Auditoria de Programas da Área Econômica da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda, solicita ação corretiva correspondente a **acertos contábeis** decorrentes de lançamentos dos empenhos do exercício 2000.

Por meio do Ofício: AUDIG – 025220/2001, de 18/09/2001, a Auditoria Geral procedeu os esclarecimentos necessários para a regularização do fato.

n) MEMORANDO Nº 3430/DEFAZ/DE/SFC/MF, de 04/10/2001.

Por meio do expediente em referência, o Coordenador-Geral de Auditoria de Programas Fazendários da Diretoria de Auditoria dos Programas da Área Fazendária, apresenta o

servidor Carlos Antônio Soares, para integrar a Equipe de Auditoria, responsável pela realização de auditoria especial solicitada pelo Conselho Fiscal do SERPRO.

o) OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 01/2001 SFC/MF-SPI/MP, de 19/10/2001-12-21

Solicita ao Diretor-Presidente do SERPRO, que sejam inseridos no sistema de Planejamento e Informações Gerenciais do Plano Plurianual – SIGPLAN, até o dia 31/01/2002, as informações referentes a execução física das ações e dos índices de desempenho dos programas governamentais afetos ao SERPRO, conforme o disposto no art. 7º do Decreto nº 3.746, de 06. De fevereiro de 2001.

p) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2001, DE 06/04/2001 – Letra “C”, Inciso I, item 5, seção I, do Capítulo V – Operacionalidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Encaminha ao Diretor de Auditoria de Programas da Área Econômica, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/MF, por meio do expediente OFÍCIO: AUDIG/CD – 030681/2001, de 07/11/2001, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI/2002, aprovado pelo Conselho Fiscal desta Empresa Pública, na 10ª Reunião realizada em 31/10/2001, em cumprimento a citada IN e em consonância com a IN-STN 3/1998, de 03/07/1998 e Instrução SEST nº 02, de 05/11/1986.

q) OFÍCIO CIRCULAR Nº 09 SFC/MF, de 23/10/2001

Solicita a participação do titular da Auditoria Interna do SERPRO no “II Encontro do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal” com as auditorias internas de entidades da Administração Indireta, a ser realizando nos dias 29 e 30/11/2001, na escola de Administração Fazendária – ESAF/MF. O Auditor Geral procedeu a inscrição no citado evento, diretamente no site da SFC na Internet.

r) MEMORANDO Nº 4101Desfaz/DE/SFC/MF, de 27/11/2001

Encaminha ao Auditor Geral do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO a minuta do relatório de auditoria para apreciação e identificação de possíveis atuações, por parte desta unidade de auditoria interna, acerca dos fatos apontados pela equipe designada para realização dos trabalhos.

s) RELATÓRIO Nº 072429, de 26/11/2001

Apresenta o resultado (preliminar) dos exames sobre os contratos firmados pelo SERPRO, conforme relação constante da solicitação formalizada no Ofício 002/2000 de 04/09/2000 do Conselho Fiscal da Unidade referenciada.

t) OFÍCIO: AUDIG – 034544/2001, de 10/12/2001

Encaminha ao Coordenador-Geral da Secretaria Federal de Controle Interno – DEFAZ/DE/SFC – Coordenação Geral de Auditoria dos Programas Fazendários, as justificativas à minuta do relatório de auditoria, acerca dos fatos apontados pela equipe designada para realização dos trabalhos de Auditoria Especial nos contratos firmados entre o SERPRO e as Empresas IBM, PROLAM, TBA e POLICENTRO.

• **RELATO SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE EXERCIDOS SOBRE O SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO.**

Durante o período de janeiro a dezembro/2001, o SERPRO, na qualidade de principal entidade patrocinadora do Fundo em referência, conforme dispõe o parágrafo primeiro - artigo 2º - Deliberação n.º 16/77, do Conselho Diretor, passou a contribuir com a taxa de 13,1705 % (Norma Funcional SUPGF n.º 7114.00.01 - subitem 4.5) sobre a remuneração mensal dos empregados participantes do respectivo plano de benefícios, em atendimento ao parágrafo único - artigo 2º - Lei n.º 8.020, de 12/04/1990, e regulamento firmado pelo Decreto n.º 606, de 20/07/1992, artigo 2º, conforme aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SCP/MPAS) constante do Ofício n.º 638/SCP/CGRA/COA, datado de 25/09/1997, que acolheu o disposto no item 5 da Informação n.º 002/COGEF/SPO/SE/MF, de 20/05/1997 e Decisão SEST/MPO - 262/97, de 25/08/1997.

Os repasses financeiros da entidade patrocinadora para o Fundo epigrafado, condicionados a contribuição descrita no parágrafo anterior e realizados durante o Exercício Social de 2001, respeitaram a diretriz fixada no Inciso II - artigo 29 da Lei n.º 9.995, de 25/07/2000 (Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2001), como pode-se notar no demonstrativo existente nas "Notas Explicativas" ao Balanço Patrimonial do SERPRO, apurado em 31/12/2001.

Relativamente aos trabalhos de auditorias e outros exames realizados durante o período de janeiro a dezembro de 2001, foram feitas inspeções de rotina nos controles internos do SERPROS - Fundo Multipatrocinado, quer no atendimento a Lei n.º 6435, de 15/07/1977, bem como decorrentes de exigências estatutárias (Conselho Fiscal), assim distribuídas:

a) Auditoria Externa Independente (Lei n.º 6435/1977 - artigo 47).

P.S Contax & Associados – Auditores e Consultores Ltda., empresa contratada para a realização dos exames das demonstrações contábeis do ano de 2001 e cálculo das Reservas Matemáticas, sendo responsável pela expedição de Certificado de Auditoria integrante do processo de prestação de contas do SERPROS.

b) Procedimentos Atuariais (Lei n.º 6435/1977 - artigo 43).

Trabalhos realizados pela Assessoria atuarial interna do Fundo, a qual passou ser a responsável pelos cálculos e acompanhamento das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e, ainda, pela emissão do Parecer Atuarial sobre o Balanço Patrimonial do SERPROS.

c) Conselho Fiscal (artigo 21 do Estatuto vigente).

Responsável pelos exames mensais dos demonstrativos financeiros, bem como da documentação administrativa que respaldou suas aprovações e/ou solicitações de providências necessárias ao aprimoramento dos controles internos, devidamente registradas em Atas.

d) Auditoria da principal entidade patrocinadora (SERPRO) - Lei n.º 6435/1977 - artigo 35 - Inciso II - alíneas C e D - parágrafo primeiro.

Durante o período de janeiro a dezembro/2001, foi realizada auditoria pela mencionada patrocinadora nos controles internos do SERPROS - Fundo Multipatrocinado, no cumprimento da Lei em referência, prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI/2001. A análise realizada pelos auditores observou o processo por amostragem e abrangeu a verificação dos supracitados controles internos entre junho/2000 a abril/2001, onde foram identificados fatos passíveis de ocorrências, que foram prontamente justificadas e acatadas, e que não vieram comprometer o desempenho da administração da Entidade.

4.5. - SEGURIDADE SOCIAL

O SERPROS Fundo Multipatrocinado, instituído pelo SERPRO em 1977, oferece atualmente aos seus participantes dois planos de benefícios. O Plano SERPRO I – PS-I, de benefício definido, criado na origem da entidade e o Plano SERPRO II – PS-II, lançado em 1999, de contribuição mista (Contribuição Definida para os benefícios programáveis e Benefício Definido para os benefícios de risco). A entidade oferece, ainda, plano de assistência médica e odontológica, seguro de vida e assistência funeral.

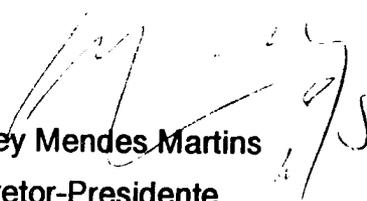
Em dezembro de 2001, o SERPROS contava com 7.462 participantes ativos, 1.901 participantes assistidos, 275 participantes em auxílio-doença, 385 pensionistas e 18.853 dependentes.

O SERPROS iniciou o ano de 2001 com a paridade contributiva implantada desde 16 de dezembro de 2000, conforme determina a Emenda Constitucional 20.

Ao longo de 2001, com a promulgação das Leis Complementares 108 e 109, de 29 de maio, que tratam do regime de Previdência Complementar, o SERPROS se viu obrigado a iniciar estudos para adequação de seu estatuto e regulamentos à nova legislação. Medidas estas que serão implementadas em 2002, tão logo ocorra a regulamentação das referidas leis, ainda em fase de aprovação. Em atendimento à nova legislação, o SERPROS será obrigado a promover adequações em seus órgãos estatutários, criar novas regras para eleições diretas de seus conselheiros, instituir participação contributiva de participantes assistidos, incluir em seus planos a portabilidade do direito acumulado, entre outras alterações que se farão necessárias.

Outros dispositivos legais também têm resultado em adaptações da entidade, como a Medida Provisória 2222, de 04 de setembro, que trata do Regime Especial de Tributação; a Resolução 2829, de 30 de março, que define diretrizes para as aplicações das Entidades de Previdência Complementar, inclusive obrigando a contratação de agente custodiante e a nomeação de Administrador Responsável pelas aplicações, que já estão sendo providenciados pelo SERPROS e resultaram, por exemplo, na criação da Divisão de Análise, Controle e Gerenciamento de Risco.

Em 2001, entre as ações implementadas pela entidade, destacou-se a Migração dos participantes do PS-I para o PS-II, entre 13 de agosto e 12 de novembro, que demandou um esforço conjunto do SERPROS e da Patrocinadora, entre negociação, aprovação nos órgãos competentes, campanha de divulgação e apoio logístico. Concluído o processo, cerca de 40% dos participantes migraram para o novo plano, superando as expectativas da entidade. Portanto, o SERPROS encerrou o ano com 4.257 participantes no plano de benefício definido e 3.205 participantes no plano misto.


Wolney Mendes Martins
Diretor-Presidente